



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Fernanda Damaceno Silva Gonçalves

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DO LITORAL SUL DE SERGIPE: EMBATES E LIMITES.**

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

2015

Fernanda Damaceno Silva Gonçalves

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DO LITORAL SUL DE SERGIPE: EMBATES E LIMITES.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial exigido para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Emílio de Britto Negreiros
Co-orientadora: Profa. Dra. Ana Rosa da Rocha Araújo

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Gonçalves, Fernanda Damaceno Silva

G635p O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe : embates e limites / Fernanda Damaceno Silva Gonçalves ; orientador Emílio de Britto Negreiros. – Aracaju, 2015.

108 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)–
Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Proteção ambiental – Sergipe. 2. Conflito social. 3. Comunidades sociais. 4. Reservas naturais - I. Negreiros, Emílio de Britto, orient. II. Título.

CDU 502.14(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE



O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO LITORAL SUL DE SERGIPE: EMBATES E LIMITES.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 22 de Maio de 2015 por:

BANCA EXAMINADORA

Emílio de Brito Negreiros

Prof. Dr. Emílio, de Brito Negreiros - Orientador - Presidente da Banca
Departamento de Sociologia da UFPE
PRODEMA/UFS

Profa. Dra. Ana Rosa da Rocha Araujo - Co-orientadora e Membro Interno
Depto. de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFS/PRODEMA - UFS

Prof. Dr. José Milton Barbosa - Membro Externo
Depto. de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFS

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho - Membro Externo
Departamento de Ciências Sociais da UFRPE
PRODEMA/UFS

Cidade Universitária, Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão, 2015.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof. Dr. Emílio, de Britto Negreiros - Orientador – Presidente da Banca
Departamento de Sociologia da UFPE
PRODEMA/UFPE

Profa. Dra. Ana Rosa da Rocha Araújo – Co-orientadora e Membro Interno
Depto. de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFS/PRODEMA – UFS

*"A cada vitória o reconhecimento devido a Deus,
somente Ele é digno de honra, glória e louvor."*

Fernanda Damaceno

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus acima de tudo, por toda graça e misericórdia com que tem guiado meu caminho e por ter me permitido chegar até aqui, agradeço a Ele por ter me dado coragem, paciência e sabedoria para continuar.

Aos meus pais, Dantas e Edilma por todo amor, carinho, atenção e dedicação, por serem as pessoas que mais me incentivaram a chegar até aqui e que mais admiro neste mundo e também por serem a razão de todos os meus esforços.

A minha avó Carmelita e meu avô Gilvan, por me acompanharem e me apoiaram de perto nessa jornada, agradeço por sempre terem acreditado e torcido por mim.

Ao meu amado marido, Bruno, que sempre sereno e compreensível, acompanhou toda essa jornada.

Aos meus familiares e amigos que além de torcerem por mim, compreenderam a minha ausência e me perdoaram por isso.

A ONG Água é Vida e ao IBAMA que cederam gentilmente relatórios e documentos que foram de fundamental importância para a realização dessa pesquisa.

A Professora Dr^a Ana Rosa pela dedicação, estando desde o começo contribuindo com seu apoio em toda essa caminhada, buscando sempre passar todo aprendizado e experiência e nunca medindo esforços para ajudar e ensinar.

Ao meu orientador Professor Dr. Emílio, que com sua sabedoria me orientou com preciosas dicas e contribuições significativas, sempre me conduzindo e ajudando a crescer profissionalmente e não poupou esforços e cuidados com minha pesquisa.

Obrigada!

“A proteção da natureza não se faz apenas para garantir a nossa sobrevivência, tampouco como objetivo principal de lucrar com ela; a proteção da natureza é antes de tudo uma necessidade moral essencial... é parte de nossa identidade como habitantes da terra.”

(MELANO, 2002)

RESUMO

Tramita nas instâncias competentes a solicitação de criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) localizada no Litoral Sul do estado de Sergipe. Esta proposta está sendo articulada por diferentes atores sociais, com interesses diversos de apropriação, controle e uso dos recursos naturais da área em questão. Os conflitos observados na área estudada provavelmente estarão em evidência com a criação da RESEX e estão relacionados principalmente com a falta de articulação entre os atores, pela especulação imobiliária e o turismo. Por outro lado, existem as populações tradicionais locais que reivindicam o direito de continuar usando os recursos naturais como fonte de subsistência. Assim, essa pesquisa teve como objetivo principal analisar as especificidades dos conflitos socioambientais na criação da Reserva, buscando compreender a relação e o posicionamento dos atores sociais envolvidos nos conflitos relacionados ao processo de criação da RESEX do Litoral Sul e de negociação da mudança de categoria uma vez que atualmente essa mesma área é uma Área de Proteção Ambiental.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, comunidades tradicionais, Reserva Extrativista.

ABSTRACT

It's in process in the competent instances the solicitation of creation of the Marine Extractive Reservation located at southern coast of Sergipe. That new proposal has being articulated by different social actors, with several interests of appropriation, control and use of the natural resources of the area in question. The conflicts observed in the studied area will probably be in evidence in the creation of RESEX and are mostly related to the lack of articulation between the actors, by the the real state speculation and turism. On the other hand there is the local tradicional population who claim the right to keep using the natural resources as subsistence source. Thereby the reserach had as main purpose to analise the specificity of the environmental conflicts in the creation of this new proposal seeking to understand the relation and positioning of the social actors involved in the conflicts related to the process of creation of southern coast RESEX and change of trading of the category since that today the same area is an Ambiental Protection Area.

Keywords: environmental conflicts, traditional population, Extractive Reservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1- Área proposta para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Litoral Sul de Sergipe. Fonte: Acervo pessoal, 2015.....	27
Figura 2.2.1 – Unidades de Conservação do litoral de Sergipe. Fonte: IBGE, 2010.....	41
Figura 3.3.1 - Pescadores do município de Itaporanga D’Ajuda, Sergipe, Brasil, 2014.....	57
Figura 3.3.2 - Catadora de Mangaba, do município de Estância, Sergipe, Brasil, 2014.....	57
Figura 4.1.1 - Municípios do estado de Sergipe que farão parte da RESEX. Fonte: Acervo pessoal, 2015.....	64
Figura 4.4.1 - Placa de indicação da APA com o seguinte dizer “ <i>Proibido: caçar, pescar e derrubar árvores</i> ”. Fonte: ONG Água é Vida, 2014.....	78
Figura 4.4.2 - Paisagem da área da APA na qual é” Proibido: <i>caçar, pescar e derrubar árvores</i> ”. Fonte: ONG Água é Vida, 2014.....	78
Figura 4.4.3 - Extrações de areia, assoreamento do leito do Rio Fundo, município de Itaporanga D’Ajuda. Fonte: ONG Água é Vida, 2014.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.3.1 - Resultados do Diagnóstico Participativo: Problemas, Causas, Soluções e Atores Envolvidos na temática de diminuição de Ecossistemas e Recursos Naturais.....	48
Tabela 3.3.2 - Resultado do Diagnóstico Participativo com Problemas, Causas, Soluções e Atores Envolvidos na temática da falta de Infraestrutura.....	51
Tabela 2.3.3 - Resultado do Diagnóstico Participativo com Problemas, Causas, Soluções e Atores Envolvidos na temática de geração de Emprego e Saúde.....	53

LISTA DE SIGLAS

ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente
ARIE - Áreas de Relevante Interesse Ecológico
APA - Área de Proteção Ambiental
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
DEAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
DOU - Diário Oficial da União
FLONA - Floresta Nacional
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF - Ministério Público Federal
NAT - Núcleo de Apoio ao Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
RESEX - Reserva Extrativista
RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEAP - Secretaria de Administração Pública
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Município de Aracaju
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
PLD – Plano Local de Desenvolvimento
PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A
UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 Introdução	15
2 Capítulo 1 - Delineamentos da Pesquisa	25
3 Capítulo 2 - Unidades de Conservação e a Proteção Socioambiental	35
3.1 Unidades de Conservação no Brasil	36
3.2 Unidades de Conservação em Sergipe.....	40
3.3 A APA e a RESEX do Litoral Sul de Sergipe	40
4 Capítulo 3 - Conflitos Socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe.....	56
4.1 Conflitos relativos APA e RESEX	63
4.2 A invisibilização das populações tradicionais.....	65
4.3 O que está em cheque na Solicitação de Criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe.....	69
4.4 Audiência públicas: espaço último dos conflitos socioambientais:.....	76
5 Considerações Finais	82
Referências Bibliográficas.....	85
ANEXO A	93
ANEXO B	94
ANEXO C	95
ANEXO D	96
ANEXO E.....	97
ANEXO F.....	99
ANEXO G	101

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisou o processo de criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) do Litoral Sul do estado de Sergipe - focando nos fatos que levaram os representantes da sociedade civil a solicitarem a criação da Reserva Extrativista - RESEX - até o momento da realização da audiência pública. Ao longo do desenvolvimento desse estudo, descreveu-se o processo de criação e refletiu-se sobre a participação e envolvimento dos comunitários junto à criação da RESEX, o papel dos principais atores sociais, os recursos naturais explorados pelos comunitários e os conflitos de uso existentes nessa área.

Por se tratar de área localizada na zona costeira, propicia o desenvolvimento de atividades turísticas, especulação imobiliária fomentada pela construção de casas de veraneio e resorts, que acabam por degradar ecossistemas importantes para a manutenção dos que lá vivem. Dessa forma, a área se transforma em palco de conflitos socioambientais - entre as comunidades tradicionais, que vivem do extrativismo, principalmente da pesca e da coleta de mangaba, com os latifundiários, causando, dessa forma, a desapropriação inadequada e consequentemente a marginalização da população tradicional.

Tramita nas instâncias competentes, há cerca de dez anos, a solicitação de criação de uma RESEX em substituição da Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Sergipe (APA-Sul). Essa proposta foi articulada por diferentes atores sociais, com interesses diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais. Esta Reserva Extrativista Marinha, compreenderá grande parte da APA, que abrange os municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Estância. As duas categorias envolvidas nesse processo, APA e RESEX, fazem parte do grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que pode ser formado tanto por áreas públicas ou privadas e tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, permitindo a presença humana nas áreas protegidas.

De acordo com os objetivos de cada Unidade de Conservação, a Área de Preservação Ambiental é uma categoria pouco restritiva do ponto de vista da permanência humana. Em geral, as APAs são criadas com o intuito de proteger uma área central, pertencente a uma categoria mais restritiva, ou seja, são Unidades de Conservação (UC) destinadas à conservação da qualidade ambiental e dos sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população através da proteção dos ecossistemas regionais (SILVA, 1992). A APA

apresenta limitações ao uso de seus recursos naturais, que devem ser explorados dentro de um plano de manejo, ou seja, dentro da garantia da capacidade de suporte do bioma.

As RESEX são de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A ideia consiste na combinação de um regime de propriedade assentado na atribuição de direito de uso às coletividades tradicionais, com um regime de gestão baseado na regulamentação dos direitos de uso através de planos de manejo (ALMEIDA, 1994). Contribuem de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida e das condições materiais de existência das populações tradicionais que dela extraem seu sustento, em equilíbrio com o meio biótico ao longo das gerações e, de forma simultânea, constituem-se em importantes instrumentos de preservação do território em questão (ALLEGRETTI, 1990). A RESEX é gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

A proposta de criação da RESEX tem provocado conflitos socioambientais relacionados principalmente com a falta de articulação entre os atores, pela especulação imobiliária e o turismo. Os latifundiários não têm interesse em se desfazerem de suas propriedades. Por outro lado, alguns moradores dessa área e as lideranças das populações tradicionais, que lá se encontram, enfatizam que a APA não protege os recursos naturais que são explorados pelos mesmos, como, por exemplo, as mangabeiras e os manguezais. O problema se agrava pela falta de articulação entre os moradores da área e os atores que deveriam promover a gestão integrada. Nesse contexto, os conflitos socioambientais aparecem fortemente associados às relações sociais de disputa entre diferentes atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural.

Os conflitos socioambientais, partindo da concepção de Little (2004), são relacionados às lutas entre diversos grupos sociais que possuem distintas formas de relacionamento, tanto com o meio social, como com o meio natural. O conceito socioambiental envolve dimensões essenciais como: o mundo biofísico e seus diversos e dinâmicos ciclos naturais, o mundo humano e suas construções sociais e por fim a relação dinâmica e independente entre as duas dimensões (LITTLE, 2001).

Compreender a importância do território para povos e populações tradicionais, significa entender o seu significado de acordo com seus pontos de vistas, ou seja, a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força de um modo de vida, mesmo quando se trata de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes” (ALMEIDA, 2004).

Além de representar praticas socioculturais fundadas na tradição oral na ancestralidade e tecnologias e na apropriação material e simbólica de dado lugar, populações tradicionais pode ser formadas por grupos organizados, como as associações de pescadores, marisqueiras, catadoras de mangaba e pequenos agricultores, presididas por pessoas com habilidades políticas que dão suporte a essas populações, fazendo com que as mesmas façam acordos de comprometerem-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e, sobretudo de direitos territoriais. Especialmente quando buscam o reconhecimento do poder público em relação aos direitos sobre determinado território. De acordo com o decreto nº 6.040, de 8 de fevereiro de 2007 esses grupos, povos e comunidades tradicionais, são definidos como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Consequentemente as populações tradicionais reivindicam o direito de continuar usando os recursos naturais como fonte, não só de subsistência, mas também como modo de reproduzir a própria vida. Simbolicamente e materialmente estas populações consideradas tradicionais têm em sua história uma relação com a natureza de baixo impacto ambiental, ao mesmo tempo em que necessitam manter e recuperar o controle sobre os recursos naturais, que usam para a gestão de seu território, do seu ambiente de trabalho, e para dar significado as suas vidas, cultura, suas tradições e ao seu modo de vida em geral, ou seja, controlar os recursos naturais que lhes são importantes também se constitui uma maneira de permanecerem de fato como uma população tradicional. As populações tradicionais não estão fora do contexto econômico e não podem ser esquecidas, pois são fundamentais para o

desenvolvimento local e cultural, assim como para a manutenção do ambiente natural (DIEGUES, 2000). Segundo Cunha e Almeida, (1999) as populações tradicionais são:

[...] grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA ; ALMEIDA, 1999, p. 300).

Entretanto, as populações tradicionais são inúmeras vezes deixadas de lado no processo de desenvolvimento econômico, assim como no processo de criação de Áreas Protegidas. Por vezes são expulsas de seus territórios, pois são consideradas ‘entraves’^{*} para o desenvolvimento e prejudiciais ao meio ambiente, enquanto que deveriam considerá-las como ponto principal desse processo e da conservação dos recursos:

As populações tradicionais sofrem por vezes de exploração por parte das indústrias e cientistas. Servem somente como ponte para construção de conhecimento e obtenção da matéria prima e são deixadas de lado. Há, em suma, muitos obstáculos a transpor, mas se não soubermos construir novas instituições e relações equitativas com as populações tradicionais e seus saberes, estaremos desprezando uma oportunidade única (CUNHA ;ALMEIDA, 1999, p. 310)

As populações tradicionais são obrigadas a saírem de seus territórios de origem, com o avanço do desenvolvimento, passando, dessa forma, por diversos processos de mudanças sociais em suas características naturais e culturais, que fazem com que a familiaridade, e a identidade do homem com seu território diminuam conforme a tecnologia avança. De acordo com Candido (1967), o meio artificial construído através do avanço que visa o desenvolvimento econômico, desfaz afinidades entre homem e o meio natural. É o caso dos pescadores e marisqueiras locais, impedidos de terem acesso aos seus recursos pesqueiros, fazendo com que eles tenham que contornar áreas enormes ao lado das cercas das fazendas, que agora são áreas cercadas e vigiadas, que impedem o acesso aos locais de pesca, fato

^{*} Para compreender melhor o conceito de populações tradicionais, como “entraves” ao desenvolvimento, econômico e sustentável, ler: “Indenização e reassentamento de populações tradicionais residentes em unidades de conservação: medidas de equidade social”. Em O Direito e o Desenvolvimento Sustentável, pág. 191, 2005.

similar ocorre com as catadoras de mangaba impedidas de realizarem a colheita da mangaba, pois a maioria das mangabeiras localiza-se dentro dos limites destas fazendas.

Como consequência das proibições, temos o desaparecimento das características singulares das comunidades, que formam a identidade individual e coletiva das mesmas, diminuindo assim a diversidade cultural, que é elemento fundamental para a constituição de sociedades diferentes, democráticas e sustentáveis. Castells (2001) afirma que a identidade é fonte desse significado e experiências de um povo, onde o processo de construção de significado é dado com base em um atributo cultural inter-relacionado que prevalecem sobre outras fontes de significado, concentrando-se na identidade coletiva. Essa afirmação entra em acordo com o ponto de vista de outras concepções sociológicas de que toda e qualquer identidade é construída socialmente.

Com as restrições impostas por latifundiários, a destruição dos ecossistemas causada pela construção de grandes empreendimentos, e também, o turismo desordenado, que vem sendo praticado na região do Litoral Sul de Sergipe, pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba tem cada vez mais seus territórios restritos, impedidos de praticarem suas atividades que não só contribuem para sua sobrevivência e geração de renda, como para caracterização e construção de suas identidades culturais (individuais e coletivas). Segundo Berger e Luckmann (1976), a formação da identidade cultural, social e ambiental é construída por processos determinados pelas estruturas sociais, ou seja, a formação da identidade não é algo individual, e sim uma construção coletiva, pois a definição da identidade do indivíduo o situa no conjunto social, numa teia de interações sociais.

Para a reprodução de sua identidade é preciso que a população tradicional do Litoral Sul de Sergipe, tenha seu território definido e protegido, para que possam exercer suas práticas diárias, preservando seus modos de vida. Pode-se, dessa forma, ressaltar, como destaca Giddens (1990), a importância de preservar a tradição para a construção das identidades dos povos tradicionais:

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1990, p. 37-8).

Sendo assim, para que não haja o desaparecimento das características singulares dessas populações, e consequentemente a descaracterização cultural e ambiental da área em questão, é de extrema necessidade que seja levada em conta a importância socioambiental que essas populações possuem para a área na qual vivem e praticam suas atividades diárias. As mudanças e o impacto ambiental que têm sido causados na área de estudo vêm desestabilizando a população tradicional. De acordo com Santos (1988), a chegada de mudanças causa um choque, ou seja, quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelecem outras e consequentemente todo o lugar se transforma, especialmente se elas decorrem de processo de expansão dos fluxos capitalistas de produção e sua maneira de territorialização.

No que diz respeito a essa questão, Diegues (2006) também aborda a importância de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania dessas populações tradicionais, que repercute em seu padrão de uso dos recursos naturais. Tanto quanto nós, as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural. Nem todos são conservacionistas natos, porém há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional, conforme afirma o aludido autor:

O conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo é transmitido através das gerações, de forma oral. A noção de território é uma das mais importantes características que marcam esses grupos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data (DIEGUES, 2006, p. 206).

As populações tradicionais têm direito a seus territórios conquistados a partir de suas lutas e modos de vida ancestrais, cada território é produto do trabalho dos indivíduos sobre o espaço e não se reduz a sua dimensão material ou concreta, tornando-se uma rede de relações sociais também simbólicas. Entende-se por território, de acordo com Raffestin (1993), o seguinte:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

O indivíduo tem dessa forma o território como base física de sustentação espacial e ecológica, pois é nesse local que estão seus objetos espaciais, naturais e construídos, como instrumentos que reproduzem sua identidade social e cultural. Corrêa (1996) comprova isso, afirmando que o significado de pertencimento refere-se à terra que pertence a alguém não necessariamente como propriedade, mas devido ao caráter de apropriação, assim como a desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos que são provenientes de contradições que acabam desfazendo o território. Santos (2007) assevera que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 74).

O território é o resultado de um processo de vida e de práticas de atividades diárias que caracterizam as populações nos locais que elas se firmam, construindo dessa forma a sua identidade historicamente, seja em suas necessidades materiais de existência, seja por meio dos significados imateriais que as relações socioambientais (re)criam no tempo e no espaço. Sendo assim, ressalta-se o papel essencial de garantir o território das populações tradicionais, através do processo e da própria criação de UC's, especialmente para a manutenção das espécies e das populações tradicionais que ali vivem, e que tiram não só seu sustento desse ambiente, como também constroem suas identidades.

Para as populações tradicionais o território expressa quem são e o que fazem em termos objetivos e subjetivos. Essas populações necessitam de um lugar que represente as atividades diárias que as caracterizam de forma única, uma base física de sustentação onde possam se localizar, pois sem um lugar onde possam desenhar suas histórias, deixam de existir. Para essas comunidades, viver na terra ou no mar é sinônimo de resistir para que possam existir, definindo assim suas características através de suas histórias e de seu modo de vida. Sem a preservação de seus territórios não existe a identidade, o extrativismo, a geração de renda, subsistência, o conhecimento tradicional e toda forma de cultura particular dessas populações.

O mundo da vida (cultural, simbólico, das tradições e etc) das populações tradicionais é invisibilizado e tem sido desvalorizado, isto é, o mesmo passou a ser negado no processo de criação das UC's. No território extrativista, trabalho e vida andam em comunhão, ou seja, ao mesmo tempo em que essas populações necessitam de seus espaços para exercerem suas atividades, que geram fonte de renda e caracterizam seus territórios a conquista desses espaços significa também a conquista de sua liberdade. Como ressalta Brandão (1988):

O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (BRANDÃO, 1988).

Com isso, podemos afirmar que o reconhecimento dos territórios tradicionais vai além dos espaços ocupados pelos indivíduos, que vivem nessas áreas, visto que o território compreende o ciclo de vida das espécies e das populações tradicionais. É necessário garantir a permanência e o direito das populações tradicionais nas Unidades de Conservação para garantir o direito dessas pessoas em continuar tendo renda, moradia e alimento. O território cria a identidade das populações, expressa uma história de vida de cada uma delas, caracterizando-as pelas espécies que capturam ou extraem, pelas artes de pesca, caça ou coleta que utilizam, e assim por diante.

Sem a garantia do acesso à terra, elemento base da cultura e da economia dessas populações, elas continuarão a sofrer opressão, marginalização, exclusão e expulsão, promovidas por empresas depredadoras, pelo turismo, a especulação imobiliária, o agronegócio e pelos projetos governamentais, como as grandes barragens que têm invadido áreas cultivadas, alterando o ciclo da vida dos rios e provocando o despovoamento de suas margens (BOLETIM DA CNBB, 2012).

A luta das populações tradicionais, em defesa dos seus lugares de morada e trabalho, demonstra o sentimento de pertencimento e reciprocidade que essas populações construíram no ambiente através dos trabalhos que praticam tradicionalmente em suas localidades, dando, dessa forma, o sentido ao lugar como território. Ramalho (2012) ressalta a importância desses territórios para o conhecimento dos pescadores:

O conhecimento pesqueiro é construído e reconstruído socialmente. Não se trata de uma imposição mecânica da natureza ao ser humano de modo determinista. São experiências vividas por uma determinada classe social, que decorrem de suas condições concretas de existência, sentidas e interpretadas cotidianamente, através das dinâmicas históricas. Na realidade, muitos territórios de pesca assumem, além do mais, uma conotação de pertencimento – impresso e legitimado pelo (e no) trabalho dos pescadores artesanais – e sem o qual se tornaria impraticável a existência dessa fração da classe trabalhadora ao longo dos anos (Ramalho, 2012, p. 22).

É importante lembrar que as implantações das áreas protegidas devem estar adequadas às necessidades das populações locais e gerar nelas o sentimento de proteção cultural e ambiental, pois são elas as peças principais para a defesa efetiva dessas áreas.

Em contraponto a tradição dos gestores/empresários, em executar suas políticas públicas/empreendimentos sem considerar a importância dos diagnósticos, que antecedem a instalação dos empreendimentos, é uma prática comum que acaba impactando tanto o equilíbrio do meio ambiente, quanto interferindo de maneira negativa na vida das populações tradicionais. Como ressalta Zhouri (2005):

São esses sujeitos sociais, vítimas da modernização conservadora e da segregação socioespacial que, ao lutarem pelos direitos aos recursos naturais e os serviços urbanos, recolocam em pauta a natureza social e política das questões ambientais. É o vendedor de coco, também artista que utiliza como matéria prima o jornal velho, que aponta com tristeza a mortandade de peixe... São os ameaçados pela contaminação química nas indústrias que clamam pelos direitos; os ameaçados pelas barragens e pelas monoculturas no campo que resistem ao deslocamento compulsório (ZHOURI, 2005, p. 6).

Segundo Souza (2000), é preciso considerar a participação e a discussão desses projetos pela sociedade, aumentar a prática democrática para a execução dos empreendimentos nas áreas onde as populações tradicionais estão localizadas para que os conflitos e os prejuízos sociais e ambientais sejam minimizados. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivos o resgate do processo histórico e políticos que envolveram a demanda pela criação da RESEX, a identificação das atividades produtivas, das populações tradicionais e dos ecossistemas existentes na área da RESEX e, principalmente, buscou analisar as especificidades dos conflitos socioambientais na criação dessa nova proposta de Unidade de Conservação, buscando compreender a relação e o posicionamento dos atores sociais envolvidos nos conflitos que estão relacionados ao processo de criação da RESEX do

Litoral Sul e de negociação da mudança de categoria uma vez que hoje essa mesma área é uma Área de Proteção Ambiental.

Na área estudada a atividade da pesca é a principal fonte de trabalho e renda para muitas famílias, assim como é de extração da mangaba, que muitas vezes é coletada em áreas de acesso proibido. As mulheres representam aproximadamente 50% dos extrativistas locais, realizando a pesca e coleta de mangaba. As mulheres extrativistas, responsáveis em sua grande maioria por suas famílias, estão entre os grupos mais afetados pela diminuição da oferta dos recursos naturais, tais como: plantas, frutos, moluscos e crustáceos (MOTA, 2007).

A organização desta dissertação está estruturada e dividida em três capítulos. No primeiro, buscou - se situar a pesquisa de campo e as estratégias para a consolidação dos dados obtidos, discutindo, inclusive, o conceito de metodologia descritiva a qual procura interpretar documentos públicos e a fala dos entrevistados.

O segundo almejou fazer o delineamento da pesquisa, através do levantamento dos aspectos socioeconômicos, ambientais e produtivos importantes para as populações envolvidas no processo de criação da RESEX. Questões objetivas e subjetivas foram tratadas relacionadas à conservação da biodiversidade e à criação da Unidade de Conservação, considerando a necessidade de agregação de valores organizacionais, ou seja, dos princípios de comportamento que devem ser seguidos pelas pessoas que compõem as instituições e contribuem para o desenvolvimento de sua cultura organizacional, neste processo.

O terceiro pretendeu identificar e descrever os conflitos socioambientais envolvendo os diversos atores que tendem a dificultar a implementação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe.

2 CAPÍTULO 1 - DELINEAMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA), localizada no Litoral Sul de Sergipe, compreendendo os municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância e Itaporanga D'Ajuda. Dentro da área da APA foi solicitada a criação de uma RESEX, a qual se encontra em processo de análise, que abrange os seguintes ecossistemas: manguezal, restinga, estuário, dentre outros. Os municípios envolvidos são os mesmos da APA, porém a área específica da RESEX compreende um recorte que prioriza os recursos naturais* (Figura 2.1).

A pesquisa enfoca os atores sociais que construíram o processo de criação da RESEX, as instituições e os que vivem a realidade local (os moradores do entorno da área) e de que modo essa população tradicional está sendo afetada e quais os conflitos decorrentes desse processo. A partir daí, emerge o seguinte questionamento: porque criar uma nova categoria de unidade de conservação (neste caso uma RESEX) em uma área já definida como APA? A resposta vem sutilmente através da fala da pescadora, marisqueira, catadora de mangaba e presidente da Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba, Alícia Moraes que diz o seguinte: *“Nossa luta é para que haja a queda das cercas das mangabeiras, pois nós, Catadoras de Mangaba, somos as verdadeiras donas delas, somos nós quem tiramos o fruto e cuidamos dele”*.

Acrescenta-se que, juntamente com a análise de documentos reunidos nesta pesquisa, que a proposta de criação da RESEX surgiu pelos representantes de pescadores artesanais, mangabeiras, associações e lideranças locais, com a principal justificativa de que a categoria “APA” não protege adequadamente os recursos naturais, nem as populações tradicionais, pois não impede o crescimento da especulação imobiliária na área, o turismo realizado de forma desordenada, a instalação de grandes empreendimentos, como resorts, viveiros de carcinicultura, a bovinocultura, a monocultura, dentre diversas outras atividades que vem sendo desenvolvidas na área da APA Litoral Sul de Sergipe, sem nenhuma restrição por parte

* A área específica da RESEX, onde hoje existe a Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul em Sergipe possui uma variedade de atrativos naturais, como planícies, tabuleiros costeiros, e elevada densidade da rede hidrográfica, recursos pesqueiros, restinga arbórea, manguezais, dunas, mata ciliar, dentre outras características ambientais (SANTOS *et al*, 2012).

dos órgãos responsáveis pela fiscalização da área, causando dessa forma a diminuição dos recursos naturais e conseqüentemente a exclusão das populações tradicionais dessa região.

As criações dessas áreas são decididas, em sua maioria, somente pelas autoridades, sem a participação ativa das populações que vivem no interior e no entorno da área em questão. As decisões de que a área será protegida, de qual categoria será criada costumam ser mantidas em sigilo até sua concretização, para evitar movimentações sociais. Dessa forma, a criação das UC's traz diversos conflitos socioambientais, pois, na maioria das vezes os responsáveis pela criação dessas áreas, excluem desde o início do processo de criação da UC, os povos tradicionais, com o pretexto de que as comunidades locais seriam incapazes de praticar um manejo adequado dos recursos naturais. Arruda (1996) ressalta que mesmo que essas populações permaneçam na área, sofrem as conseqüências da criação que foi realizada de maneira aleatória a seus modos de vida.

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados (ARRUDA, 1996, p. 86).

Ao mesmo tempo em que são criadas como forma de proteção dos recursos naturais, para a preservação da vida na terra, as UC's são geralmente causadoras da invisibilidade das populações tradicionais, quando não levam em conta esses povos no processo de criação. Como afirma Diegues (1996), parece que essas populações são invisíveis (além de indesejáveis) para o poder público que, preso a concepções ambientais tecnicistas e inadequadas, não vê outra saída além do estabelecido pelo padrão vigente:

Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. As unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes (DIEGUES, 1996, p. 97).

É preciso levar em conta que o uso dos recursos naturais realizado por essas populações garante trabalho e renda para suas famílias, além da construção social e cultural. Diante disso, a escolha da área de estudo deu-se através da observação dos diversos conflitos existentes na área por causa da petição da comunidade, de uma parte da comunidade, para que a área possa ser transformada em uma RESEX, o presente trabalho buscou analisar a causa da morosidade do processo e os conflitos entre as populações tradicionais extrativistas e de latifundiários.

A pesquisa teve um caráter qualitativo, já que objetivou interpretar documentos públicos reunidos por representantes da comunidade, fato que se somou a fala dos entrevistados. Segundo o conceito de Minayou (2003), a pesquisa qualitativa visa à construção da realidade. Preocupa-se, assim, com realidades que não podem ser quantificadas, trabalhando com o universo de crenças, valores e significados profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesta pesquisa, a amostragem foi realizada entre junho de 2013 e novembro de 2014, através de coleta de dados, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de documentos encontrados nas dependências de instituições governamentais e não governamentais. As entrevistas foram realizadas de forma semiestruturada com pessoas importantes no processo de criação da RESEX, como presidentes de associações, representantes de instituições governamentais e não governamentais, e membros de grupos da comunidade, como pescadores, marisqueiras e mangabeiras. Os documentos foram utilizados na análise histórica do processo.

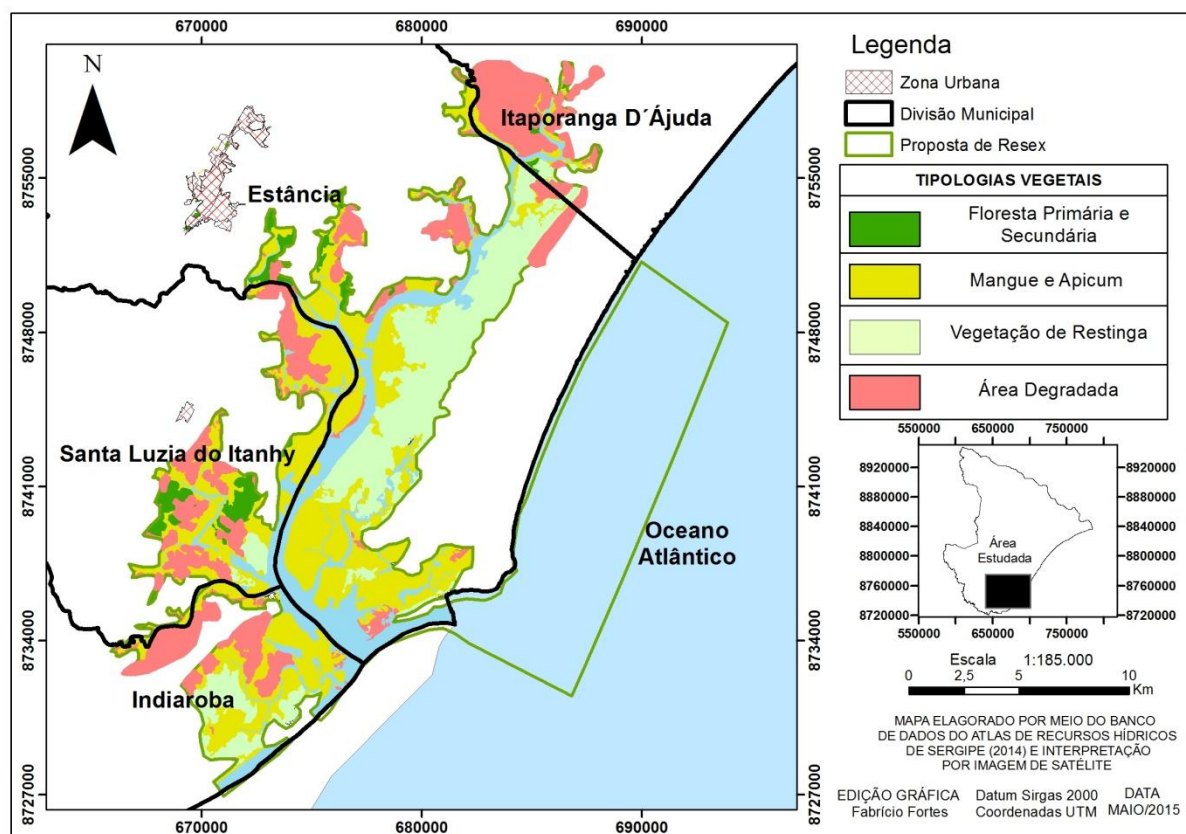


Figura 2.1- Área proposta para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Litoral Sul de Sergipe. Fonte: Acervo pessoal, 2015.

A análise documental foi realizada por meio da consulta de arquivos bibliográficos como atas, ofícios, relatórios e outros documentos existentes sobre o processo de criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe que foram reunidos pelos órgãos não governamentais das comunidades envolvidas, como Ong Água é Vida, Colônia de Pescadores Z4, Associação das Catadoras de Mangabas e também de documentos disponibilizados pela instituição governamental IBAMA. Para Godoy (1995) a pesquisa documental representa uma forma que pode revestir-se de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes para a pesquisa. A análise documental é considerada importante fonte de dados para que seja possível ampliar o leque de estudos qualitativos, enfatizando temas importantes nos quais se deve ater com atenção especial. É comum pensar que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que foi estudado, no entanto, muitas vezes, esquece-se que os documentos constituem uma rica fonte de dados. No caso, essa pesquisa é constituída pela análise de documentos provenientes de diversas fontes, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas

interpretações complementares. O que em parte foi feito por este trabalho, no que concerne aos objetivos definidos.

Analísaram-se os documentos em um processo que iniciou com a seleção, divisão, em função de ideias ou hipóteses. Após a seleção dos documentos, foi realizada a sistematização dos dados para análise de conteúdo. Segundo a perspectiva de Bardin (1979), essa técnica é uma das mais utilizadas para esse tipo de estudo, consistindo em um instrumento metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. Buscou-se, com a análise, compreender as características, estruturas e modelos que estão invisíveis e que se tornam fragmentos de mensagens tomados em consideração. Segundo Bardin, 1979:

A análise de conteúdo refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (BARDIN, 1979. p 42).

As informações obtidas na análise dos documentos foram de extrema importância para o resgate histórico da problemática em análise, o que possibilita ampliar o entendimento dos objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural para a reconstrução dos fatos que marcaram o processo pelo qual a comunidade está passando. Como afirma Cellard, 2008:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para o pesquisador [...] Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Porquanto, através das análises documentais e entrevistas, pode-se perceber que as populações tradicionais da APA passaram e passam por um processo de perda de território pelo desmatamento para a construção de casas de veraneio, resorts, aquicultura, monocultura, entre outros processos que descaracterizam essas comunidades e as excluem de seus

territórios. Segundo PNUMA, 2009 - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos:

A privatização do espaço público, advinda com o turismo de massa e com a especulação imobiliária que o acompanha, é a principal responsável pelo impacto da perda de identidade tradicional local. Vemos com isso, uma crescente apropriação tanto dos terrenos de marinha quanto dos adjacentes por imobiliárias na zona costeira, em prejuízo das populações que tradicionalmente sempre viveram ali, mas não têm nenhum amparo legal que lhes assegure a permanência nesses locais. Os terrenos de marinha são patrimônio da União, mas seu uso pode ser cedido a particulares e isso tem sido feito indiscriminadamente pelo governo federal em favor de empresários do setor turístico e imobiliário. Dessa situação, resulta a crescente expulsão da população nativa de seu espaço de vida, a qual vê-se obrigada a ocupar regiões mais distantes, implicando na fragmentação das relações socioespaciais tradicionalmente construídas (PNUMA, 2009, p. 124).

Acerca disso, é possível observar, que as populações que vivem tradicionalmente na região do Litoral Sul de Sergipe imaginam encontrar na recategorização, de APA para RESEX, a solução para os problemas socioambientais que vem enfrentando. Na compreensão de Oliveira (2007), é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa – documental difere da pesquisa bibliográfica, pois necessita da análise de materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico, tornando o trabalho em questão mais criterioso. A análise dos documentos serviu de base para a elaboração das entrevistas, uma vez que proporcionou o entendimento de como ocorreu a abordagem deste assunto no local de estudo; identificou as percepções dos indivíduos em relação a área em que vivem, caracterizou os recursos naturais, situação fundiária e opinião sobre o processo de criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe.

Como resultado, as entrevistas com lideranças locais permitiram o acesso a documentos sobre o processo de criação e expressou todas as dificuldades para a consolidação da proposta, uma vez que todo o processo de criação da RESEX já se encontra no seu décimo ano e a última atividade, de fato, foi uma audiência pública, realizada no mês de julho no ano de 2014, onde o Ministério Público Federal em Sergipe iniciou uma mobilização dos órgãos interessados e comunidades tradicionais pela agilização da criação da RESEX do Litoral Sul, ressaltando que essa medida beneficiará populações tradicionais como pescadores e catadoras de mangaba. A realização das entrevistas semiestruturadas proporcionou uma análise mais profunda do conhecimento do meio físico natural, que, segundo o autor Quintas (1995), é fundamental para aferir implicações da ação do homem no meio natural, para o próprio meio

e para o meio social, de forma que a construção do conhecimento sobre a relação sociedade-natureza seja realizada sob a ótica dos processos que ocorrem na sociedade.

Nesse contexto, a junção da análise documental e da aplicação das entrevistas semiestruturadas realizadas por meio do método qualitativo e documental que teve exatamente o objetivo de conhecer com mais propriedade o meio físico natural, estabelecendo relações e conexões humanas, reforçado pela complementação entre os saberes tradicionais e o acadêmico. Segundo Campos *et al* (2006), é necessário um cruzamento entre os saberes, para que, além dos conhecimentos tradicionais continuarem a existir, se possa pensar em possibilidades mais concretas e possíveis em busca de uma sociedade sustentável:

O pensamento conservacionista que se percebe no discurso das populações tradicionais, como os pescadores, é imprescindível para se ter uma visão mais clara sobre como tentar atingir objetivos sustentáveis na sociedade atual. Com isso, afirmamos, que os pescadores, por exemplo, podem proporcionar um olhar diferenciado sobre os recursos da Natureza, possibilitando que se pense nestes como instrumento de trabalho e não como bens ilimitados. A percepção sobre o meio ambiente dessas populações configura-se em um meio bastante rico para se pensar na conservação (CAMPOS *et al*, 2006, p. 8).

A pesquisa buscou descrever e analisar o processo histórico e político de criação da APA e da nova categoria de Unidade de Conservação (RESEX), visando entender quem são os interlocutores desse processo e a interface existente entre os comunitários e as políticas ambientais. O processo foi analisado através do resgate de documentos históricos e políticos que envolveram a demanda pela criação da RESEX; a identificação das atividades produtivas, das populações tradicionais e dos ecossistemas existentes na área da RESEX; da caracterização da situação Fundiária da área. Esse estudo se tornou possível através da análise dos documentos que foram elaborados no início do processo de criação da RESEX, atas de reuniões, relatórios, informativos locais, relatos de moradores e de representantes de organizações governamentais e não governamentais envolvidas no processo (IBAMA, ONG Água é Vida, Colônia de Pescadores, e Associação de Mangabeiras), além da análise de questionários que foram aplicados com pescadores, marisqueiras e mangabeiras em projetos anteriores que ocorreram na região, como os diagnósticos participativos realizado pelo Plano Local de Desenvolvimento (PLD) - que teve o intuito de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e pesca, além de gerar emprego e renda para a população do estado de Sergipe, melhorando a vida dos pescadores e pescadoras, beneficiando também

agricultores familiares, produtores rurais, cooperativas e indústrias de processamento de pescado, armadores, maricultores e consumidores de produtos oriundos da atividade da pesca e aquicultura. Além do levantamento de dados através de entrevistas semiestruturadas realizadas nessa pesquisa, visando compreender, de melhor forma, a participação de entidades e associações nos processos decisórios desse processo. Realizou-se então a análise dos principais temas alvo das discussões, como por exemplo, a proibição imposta por latifundiários do acesso aos pesqueiros (locais onde pescadores artesanais exercem suas atividades), fazendas nas quais é praticada a coleta de mangaba, a instalação de carcinicultura e o turismo desordenado, ou seja, atividades que afetam diretamente a participação das organizações dos moradores e usuários dos recursos naturais da região.

No entanto, houve grande dificuldade para reunir a documentação sobre o processo de criação da RESEX, pois os órgãos responsáveis pela área, onde se pretende criar a RESEX, alegaram não possuir mais os documentos referentes ao processo da RESEX, a apresentar esses documentos, afirmando muitas vezes, que não são mais responsáveis pela região em questão, e que todos os documentos referentes a esse processo foram entregues ao ICMbio. Por diversas vezes foi solicitado o contato com o ICMbio para disponibilização desses documentos referentes ao processo de criação da RESEX, o contato foi solicitado via endereço eletrônico e contato pessoal, mas todas as tentativas foram em vão. Os únicos órgãos que disponibilizaram documentação e deram entrevistas foram: IBAMA, Ong Água é Vida do Município de Estância, e associação de pescadores e das catadoras de mangaba.

No que tange aos problemas encontrados em relação à criação da RESEX e a problemas já existentes na área da APA, podemos afirmar, segundo Price (1992), que a gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os recursos naturais e sociais, e esse processo de mediação define o modo como os atores sociais, alteram a dinâmica e a qualidade do meio ambiente, através de suas práticas e como são distribuídos para a sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (PRICE, 1992).

Neste sentido, é que as informações obtidas via análise documental, entrevistas semiestruturadas e até mesmo as dificuldades encontradas para obtenção de informações, serviram de subsídios para a discussão das demandas referentes às necessidades ambientais apresentadas pelas populações, as quais precisam de atenção especial para o controle compartilhado do uso dos recursos naturais, pois a área de estudo possui estrutura

socioambiental caracterizada como uma área rural bastante complexa formada por diferentes grupos sociais e interesses diversos tais como pescadores, pescadoras, mangabeiras, quilombolas, dentre outros. Além dos grupos sociais, compõe a estrutura social da RESEX representantes do setor empresarial e os representantes legais da sociedade civil organizada, com isso fica evidente que a área é caracterizada como de grande interesse ambiental e comercial.

Dessa forma a pesquisa qualitativa e documental permitiu a reconstrução do processo que decorre na defesa e criação da RESEX como forma de criação de um espaço socioambiental justo. O estudo descritivo do histórico, investigando eventos que já tenham ocorrido e está propriamente interessado em preservar o registro de eventos e realizações passadas, destacando fatos que providenciaram maior compreensão e significância de eventos passados para explicar a situação presente ou estado atual do fenômeno estudado.

O levantamento de informações foi realizado através de pesquisa de documentos que subsidiaram a proposta de criação da RESEX, entrevistas semiestruturadas e questionários específicos com os moradores locais. A coleta dos dados foi realizada entre junho de 2013 e novembro de 2014, compreendendo as seguintes etapas:

a) Levantamento de documentos, tais como: o relatório do diagnóstico socioeconômico realizado pelo Plano Local de Desenvolvimento (PLD), a documentação da situação fundiária da área, atas de reuniões sobre o processo de criação da Reserva, dentre outros. Tendo como propósito o resgate da memória do processo de criação da RESEX

b) Por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes locais das organizações dos pequenos produtores, empresários, fazendeiros^{1*}, pescadores, mangabeiras e trabalhadores, visando caracterizar a estrutura social organizacional local, histórico, serviços associados, tipos de atividades extrativistas e participação na comercialização dos produtos obtidos através das atividades desenvolvidas no local.

c) Foram aplicados questionários específicos para cada atividade extrativista desenvolvida na RESEX com os envolvidos, para levantamento de informações sobre as atividades extrativistas, ecossistemas, pressões e ameaças. Nos questionários foram realizadas

* No que diz respeito aos fazendeiros, apesar das tentativas, não foi possível realizar entrevistas com fazendeiros e empresários da região que compreende a área onde pretende-se criar a Reserva. Em nenhuma das tentativas os proprietários dos empreendimentos, nem responsáveis puderam ser encontrados.

perguntas sobre as atividades extrativistas, principais espécies exploradas, locais de exploração, número de pessoas envolvidas, associação à colônia de pescadores, finalidade do produto, outras atividades para fonte de renda, etc.

O principal critério de escolha das questões analisadas por meio das entrevistas foi à coerência com os objetivos que foram propostos para a realização desta pesquisa, tendo em vista o amplo enfoque trazido nos documentos que foram obtidos.

Consequentemente, para delimitação da análise dos arquivos, optou-se por selecionar documentos que foram reunidos pela própria população tradicional, a principal interessada pela criação da RESEX, sempre focando nos conflitos socioambientais que surgiram com a demanda do processo de criação da Reserva, como em ações praticadas por proprietários de terras no cercamento de áreas que são utilizadas por pescadores, marisqueiras e mangabeiras como fonte de renda e subsistência, turismo desordenado, implementação de carcinicultura em manguezais, entre tantas outras irregularidades encontradas na área e que serão enfocadas mais detalhadamente no último capítulo.

3 CAPÍTULO 2 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A questão ambiental, como perspectiva na conservação e preservação dos recursos naturais tem sido uma preocupação cotidiana da sociedade em geral. O uso inadequado dos recursos naturais por meio de práticas que degradam o meio ambiente tem sido percebido, segundo Jacobi (*et al.*, 2003) pelas nítidas alterações da paisagem e do clima nos diversos ambientes. A ferramenta de gestão mais utilizada nos últimos anos para a manutenção dos ecossistemas tem sido a criação de Unidades de Conservação. As Unidades de Conservação (UC's) representam um importante instrumento para a conservação ambiental em todo o mundo. Entretanto, um dos principais problemas enfrentados pelos gestores das Unidades de Conservação (UC's) é o conflito envolvendo o manejo da área preservada e a população que se encontra no seu entorno ou dentro dos espaços definidos por essas unidades, como é o caso da RESEX do Litoral Sul de Sergipe.

Apesar das Unidades de Conservação brasileiras terem sido criadas a partir da década de 30, por meio do Código Florestal, foi no início da década de 60 que surgiu boa parte destas áreas que temos na atualidade (RAMOS;CAPOBIANCO, 1996). Até a década de 1970, não havia uma estratégia definida e planejada para as Unidades de Conservação. As áreas protegidas no Brasil tinham um caráter utilitarista-científico, inspiradas no modelo norte-americano, que inaugurou o conceito de Unidade de Conservação com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, com a proposta essencial de preservação dos atributos cênicos. Segundo Vallejo (2003), o Parque Nacional de Yellowstone foi visto como uma perspectiva de salvar as remanescentes belezas naturais dos Estados Unidos, que haviam sofrido efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. A partir de então, os parques nacionais foram tidos como práticas focadas na preservação.

Por volta do ano de 1974, os principais pontos do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil procuraram descrever o desenvolvimento dos conceitos ecológicos. Nesta época, dentre as mudanças implementadas: foi elaborada a classificação das áreas protegidas, estaduais e federais; a diferenciação das áreas de conservação, entre proteção integral e de uso sustentável; e ainda o nível de proteção dos biomas (RYLANDS;BRANDON, 2005).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – instituído em 2000 fortaleceu a principal proposta do Brasil para diminuir os efeitos da ação antrópica sobre os ecossistemas naturais, buscando garantir a conservação ambiental, a permanência das populações tradicionais, a participação e o fornecimento dos serviços ambientais à sociedade. As UC's são espaços territoriais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, que tem como objetivos a conservação dos recursos naturais e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção para a preservação do patrimônio biológico existente (D.O.U., 2005).

3.1 Unidades de Conservação no Brasil

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – definido pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002 – estabelece diversas categorias de Unidades de Conservação (UC's) no Brasil, que estão agrupadas como de Proteção Integral ou Uso Sustentável (MEDEIROS *et al.*, 2004). As Unidades de Proteção Integral incluem parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre (MACHADO *et al.*, 2004). As de Uso Sustentável permitem diferentes tipos e intensidades de interferência humana, com a conservação da biodiversidade, tais como: Floresta Nacional (FLONA), Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

As UC's podem ser criadas na esfera governamental federal, estadual e municipal, sendo que atualmente existem 887 Unidades de Conservação federais, totalizando 749.280 km² (CNUC/MMA, 2013). Na categoria de Uso Sustentável Federal totalizam 747, somando 393.075km², ou seja, 52% de todas as Unidades de Conservação Federais (CNUC/MMA, 2013). No Brasil, as Unidades de Conservação Federais são relativamente equilibradas, em termos de área entre aquelas de Proteção Integral (48%) e as de Uso Sustentável (52%). Entretanto, dentre os biomas existentes ocorre diferenças substanciais nesse equilíbrio: Proteção Integral é mais comum no Pantanal (100%) e no Cerrado (69%), enquanto que as

áreas de Uso Sustentável ocupam substancialmente maiores áreas nos domínios da Mata Atlântica (74%), Caatinga (72%) e regiões costeiras e marinhas (74%). Somente na Amazônia existe um equilíbrio aproximado entre Proteção Integral (49%) e Uso Sustentável (51%) (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Apesar do aparente equilíbrio, em termos de área entre aquelas de Proteção Integral e as de Uso Sustentável Diegues (2000) afirma que as áreas protegidas brasileiras, em particular as de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, etc.), estão em crise:

Muitas estão sendo invadidas e degradadas. Para os defensores do preservacionismo, as razões de tal crise estão, em geral, ligadas à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, etc... Para os que defendem outros modelos de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado, não se aplica ao contexto dos países tropicais do sul. Esse modelo operacional, porém, não foi importado sozinho, mas com ele vieram uma visão da relação entre sociedade e natureza e um conjunto de conceitos científicos que passaram a nortear a escolha da área, o tipo de unidade de conservação e o próprio manejo e gestão (DIEGUES, 2000, p. 4).

Entretanto para os conservacionistas, as culturas e os saberes tradicionais contribuem de forma significativa para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, os saberes são a evolução do relacionamento do homem com a natureza, permitindo dessa forma, o equilíbrio entre ambos. Isso conduziu ao interesse pela diversidade cultural, que está ameaçada pela homogeneização dos modelos culturais dominantes, como afirma Leveque, 1997:

Quando abordamos a biodiversidade sob o aspecto dos meios naturais, é necessário não esquecer que o homem também construiu paisagens, implementou sistemas agrícolas, domesticou e diversificou numerosas espécies animais e vegetais. “Se as sociedades tradicionais viveram até o presente no interior de uma natureza que nós ocidentais julgamos hostil, é essencialmente devido ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios e que nós reconhecemos hoje seu valor intrínseco (sic) (LEVEQUE, 1997, p. 55).

Durante o processo de criação de áreas protegidas é de extrema importância levar em conta a realidade das pessoas que vivem na área, suas ideias, culturas, atividades e assim por diante, devem ser consideradas, e elas devem estar cientes da importância da criação dessas áreas e do que a criação dessas áreas protegidas pode alterar o modo de vida delas. As áreas

protegidas ajudam na preservação e conservação dos recursos naturais, incentivando os povos tradicionais a praticarem o manejo sustentável nesses locais (BENATTI, 1998).

No Brasil (2000), no seu Artigo 5º, inciso III recomenda que seja assegurada a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UC's. Se a sociedade não estiver integrada à gestão da UC e percebê-la apenas como restrição ao uso, sua percepção será negativa e ela não será parceira da UC para a proteção da natureza (IBASE, 2006). As metodologias participativas, a educação ambiental e a percepção ambiental são instrumentos de gestão ambiental que podem dar suporte ao modelo utilizado nas UC's. Inúmeras vezes, as populações locais vivem um processo de desterritorialização, quando surge o processo de criação de Unidades de Conservação, seus espaços e culturas não são considerados. Nesse sentido seguimos o conceito de desterritorialização:

O território pode se desterritorializar, ou seja, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. O homem está mergulhado num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (sic) (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323).

O processo de desterritorialização pelo qual as populações tradicionais passam, gerado pela apropriação de grandes áreas, diminuem os espaços de uso dos recursos naturais. Além da diminuição dessas áreas de trabalho, nesse processo de ocupação, impõem restrições ao modo de vida tradicional e limita suas atividades. O processo de criação das Unidades de Conservação aumenta os vários conflitos sociais, pois na maioria das vezes a população local não está esclarecida o suficiente sobre qual a melhor categoria que atende suas demandas ou quais implicações a criação dessas áreas trariam às suas vidas. Por outro lado, os interesses daqueles que estão ocupando as áreas de uso dos recursos naturais são diferentes dos comunitários. Por vezes, a criação da área atenderá a esfera científica, econômica, entre outras, que acabam restringindo o uso da área e dos recursos naturais das populações tradicionais.

Cabe lembrar que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) criado pela Lei 9.985 de 18 de junho de 2000 definiu em seus Art. 2, 15 e 18, respectivamente que:

Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A Área de Proteção Ambiental - APA - é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Reserva Extrativista – RESEX - é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Analisando o SNUC pode-se dizer que o objetivo de criação de uma APA é muito diverso comparado à modalidade RESEX. As APAs apesar de serem protegidas por lei enfrentam diversos problemas por sua maior flexibilidade. Os principais problemas existentes na APA são decorrentes da ação do homem, pois não há um controle efetivo na aquisição de terras por parte de latifundiários, já que podem ser constituídas por terras públicas ou privadas, tornando o ambiente mais propício a quem possui maior poder aquisitivo, gerando, dessa forma, vários problemas socioambientais, como: desmatamentos, queimadas, uso abusivo de agrotóxico, falta de saneamento básico, especulação imobiliária, falta de alternativas sustentáveis de renda para a população tradicional, dentre outros.

A RESEX, por outro lado, resguarda com mais eficácia as populações tradicionais, pois, tem como objetivos principais proteger os meios de vida natural e a cultura das populações extrativistas tradicionais, assegurando dessa forma o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. A RESEX é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas (SNUC, 2000). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2010), as Reservas Extrativistas ainda garantem a proibição da especulação imobiliária, a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional. A exploração comercial de recursos madeireiros só é admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista.

3.3 A APA e a RESEX do Litoral Sul de Sergipe

O Litoral Sul de Sergipe, de acordo com o GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) estadual, está composto pelos municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, totalizando uma área de 2.477 km². Em termos geomorfológicos, verifica-se a presença de planícies e tabuleiros costeiros, e no tocante a hidrografia, uma elevada densidade da rede hidrográfica, o que promove uma abundância de recursos pesqueiros. Quanto aos aspectos fitogeográficos, o litoral sul de Sergipe ainda apresenta uma expressiva área de restinga arbórea, manguezais, campos de dunas, matas ciliares e enclaves de Mata Atlântica (SANTOS;VILAR, 2013). Ecossistema que são abrangidos pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, instituído pela Lei nº 10.019/98:

O GERCO foi institucionalizado no Brasil a partir da promulgação da Lei Federal nº 7.661/88, como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente-PNMA e da Política Nacional de Recursos do Mar-PNRM, com o objetivo de orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a melhorar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

O litoral sul de Sergipe está conectado ao litoral norte da Bahia através da rodovia SE – 100 (Rodovia Airton Sena), que teve seu processo de construção iniciado na década de 1970. A primeira fase de implantação da estrada se deu a partir do rio Ipitanga, no município de Lauro de Freitas até a ponte sobre o rio Pojuca, no limite dos municípios de Mata de São João, ambos no estado da Bahia. O processo de ampliação ocorreu em 1993, e se estendeu até o limite do estado com Sergipe, sendo denominada Linha Verde por ter a área de sua implantação recuada em alguns metros, levando em conta a preocupação com o frágil ambiente do seu entorno. Ao mesmo tempo, o estado de Sergipe promovia a implantação de rodovias municipais que tivessem ligação com a Linha Verde, na tentativa de ampliar e interligar os dois estados. A abertura da Linha Verde (extensão da BA-099 – Estrada do Coco) em 1992 teve como propósito interligar os estados de Bahia e Sergipe e fomentar o crescimento do turismo nas áreas costeiras. Assim, como contrapartida foi instituída uma Área de Proteção Ambiental (APA) na tentativa de promover o uso e ocupação mais adequados do solo.

A área de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Sergipe (APA Litoral Sul) foi criada pelo Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, com o intuito de ordenar os usos e ocupação do litoral. A estrutura de ocupação da área está definida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Inserem-se nesta APA as praias mais habitadas do Estado, destacando-se a Caueira, Saco e Abais.

Observam-se também as maiores áreas de restingas arbóreas, manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica. Corroborando com o objetivo da criação da APA, aparece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, que no seu Art. 9º enfatiza a necessidade de evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, prevendo a criação de Unidades de Conservação Permanente, na forma da legislação em vigor. A área da APA do Litoral Sul de Sergipe é bastante utilizada por veranistas e turistas, atraídos pela beleza cênica de suas paisagens naturais, compostas por ambientes frágeis e vulneráveis à ação antrópica (OLIVEIRA *et al.*, 2008). A criação da APA não resguardou a manutenção dos recursos naturais existentes e nem a sobrevivência das populações tradicionais. Muito pelo contrário, a APA é o exemplo mais característico de área ambiental criado com a finalidade de garantir o cumprimento da função socioambiental da propriedade, ou seja, o proprietário mantém todos os poderes inerentes ao domínio da área, sofrendo apenas as limitações ditadas pelo próprio conteúdo do direito, eis que relacionadas à dimensão ambiental da sua função social. De acordo com Lins (2009), assim sendo:

APAs visam garantir exclusivamente o cumprimento da função socioambiental, não implicando, sua instituição, em aniquilamento do conteúdo econômico da propriedade e nem a perda da exclusividade, não são indenizáveis. As críticas que as APAs vêm sofrendo, levam à reflexão quanto aos motivos de sua criação e de sua efetividade, pois para alguns só servem para disciplinar o uso do solo e mostrar que a falta de delimitação dessas áreas não protege os ecossistemas, só parte deles.

A característica marcante das APAs é a possibilidade de manutenção da propriedade privada e do estilo de vida tradicional da região, onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras. Esta estratégia é compatível com a realidade brasileira, uma vez que a falta de recursos financeiros para a

desapropriação de terras limita a implantação e consolidação de outros programas de conservação. Como afirma Leuzinger (2007), se houvesse plano de manejo e fiscalização efetiva dessas áreas, seriam espaços ambientais úteis à proteção do meio ambiente, com baixo custo para o Estado, porém criá-las apenas no papel, para aumentar as estatísticas de volume de áreas protegidas no país, de certo não atende às necessidades de conservação. Com isso Pádua (1997), afirma que:

Para que as APAs tenham sua efetividade garantida é necessário que fossem estabelecidas com zoneamento claro, onde se previsse um sistema de gestão adequado, do qual participassem as lideranças locais e os proprietários de terras privadas incluídas em seus limites. Só assim poderiam funcionar convenientemente (PÁDUA, 1997, p. 363).

Entretanto, o que vemos no caso da APA do litoral sul de Sergipe, são as populações tradicionais perdendo seus territórios e a degradação dos recursos naturais os quais promovem trabalho e renda para as mesmas. Diante disso surge a necessidade, segundo a população tradicional, de recategorização da área. Como declara a catadora de mangaba e marisqueira, Maria de Lurdes: *“estamos solicitando a criação de uma Reserva Extrativista pelo fato da APA do litoral sul não garantir a preservação dos recursos naturais como as mangabas, aratu, caranguejos, colocando em risco a sobrevivência das nossas famílias”*.

Atualmente tramita na instância competente (ICMbio), a solicitação de criação da Reserva Extrativista Marinha localizada no Litoral Sul do estado. Essa proposta vem sendo articulada por diferentes atores sociais, com interesses diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais. A proposta é a de criar uma RESEX Marinha, a qual compreenderá grande parte da APA do Litoral Sul. Os conflitos já observados na área da APA e que provavelmente estarão em evidência com a criação da RESEX estão relacionados principalmente com a falta de articulação entre os atores que deveriam promover a gestão integrada da área, pela especulação imobiliária e pelas ações dos latifundiários que não têm interesse em se desfazerem de suas propriedades, o que tende a dificultar o processo de regulamentação fundiária da RESEX.

Por outro lado, existem as populações tradicionais locais que reivindicam pelo direito de continuar usando os recursos naturais como fonte de subsistência. A atividade pesqueira é a principal fonte de trabalho e renda para muitas famílias locais, assim como, a de extração da mangaba a qual muitas vezes é coletada em áreas de acesso proibido. As mulheres

representam aproximadamente 50% dos extrativistas locais, realizando a pesca e coleta de mangaba. As mulheres extrativistas, muitas vezes responsáveis pela família, estão entre os grupos mais afetados pela diminuição da oferta dos recursos naturais, tais como: plantas, frutos, moluscos e crustáceos (MOTA, 2007).

Segundo o professor Luiz Alberto Palomares - diretor presidente da ONG Água é Vida, um dos responsáveis pelo pedido de criação da RESEX do Litoral Sul de Sergipe, os representantes de instituições governamentais e não governamentais, como os pescadores artesanais, profissionais, marisqueiras, catadores de caranguejo, coletoras de frutas tropicais e outros moradores das áreas costeiras da região Sul do Estado de Sergipe lutam cada vez mais pela criação imediata da Reserva Extrativista. Podemos então constatar que as populações tradicionais estão cada vez mais desenvolvendo uma melhor percepção sobre seu meio ambiente e com isso conseguem notar com mais sensibilidade que estão sendo excluídas do seu local de origem, tendo seus espaços de geração de renda e subsistência restringidos.

O principal objetivo da RESEX é a proteção dos meios de vida e da cultura de populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais. No Litoral Sul de Sergipe e no Litoral Norte da Bahia, as atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência, o extrativismo da mangaba e a pesca, vêm sendo substituídas por atividades que intensificam o uso do solo e utilizam pouca mão-de-obra, se expandindo para áreas de proteção permanente como, por exemplo, os manguezais. O desenvolvimento de tais atividades contribui com inúmeros problemas ambientais, como a supressão da vegetação de mangue. É nesse sentido que se pode falar de multiplicidade de usos do território, acompanhado de conflitos socioambientais de intensidade e tipos variados.

O litoral de Sergipe é uma região que necessita de estudos faunísticos e florísticos, por se tratar de área com grande diversidade de espécies e importância comercial. Necessita, ainda, de inventários, estudos da biologia das várias espécies e avaliação da produção pesqueira. Nos estuários, algumas espécies endêmicas de peixes, crustáceos e moluscos, bem como espécies migratórias de tartarugas e garças, já foram identificadas. Todas as suas áreas têm espécies de interesse econômico e sociocultural. Significando dessa forma que, a manutenção e proteção da RESEX não são importantes somente para os extrativistas; se estende para a preservação da biodiversidade da região e seu entorno, consequentemente para a sociedade que se beneficia dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas que serão conservados.

O processo de urbanização intenso na região resulta em enormes impactos ambientais, colocando em risco o modo de vida das populações tradicionais e o meio ambiente natural, mesmo que evidente a importância ambiental, cultural e econômica da área da APA Litoral Sul de Sergipe. A retirada de areia dos rios locais, que tem causado supressão da vegetação, alteração do solo e o afugentamento de animais, o desmatamento para criação de pastos, o lançamento de esgotos e outros efluentes, a deposição de lixo, o desmatamento do mangue e a pesca desordenada, atualmente constituem as principais ameaças ao ecossistema onde será implantada a RESEX.

Nesse sentido, os diagnósticos participativos realizados por meio do Plano Local de Desenvolvimento e de entrevistas semiestruturadas, nas comunidades e sedes municipais das áreas previstas para criação da RESEX, demonstraram a necessidade em se promover o desenvolvimento sustentável na região, visando solucionar os problemas causados pela ocupação do homem, visto que a diminuição dos recursos naturais tem acontecido de forma significativa, ameaçando a perda da biodiversidade existente na área.

O desenvolvimento sustentável tem como fundamentação teórica o fortalecimento de suas bases, ou seja, o fortalecimento constitucional dos interesses sociais, econômicos e ambientais. Assim, o aproveitamento racional dos recursos naturais e a conservação devem andar juntos, conforme Sachs (2002):

O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidariamente fincadas no ambiente natural. Nesse sentido, nosso problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, como um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionada em ponto completamente diferente da espiral de conhecimento e do progresso da humanidade (SACHS, 2002, p. 30).

Pode-se afirmar então que, a preservação do meio ambiente é de responsabilidade de todos, e a criação das áreas protegidas, é sem dúvida, um mecanismo extremamente importante no auxílio da luta pela preservação ambiental, pois reprime e inibe atividades de degradação ambiental, mas necessita que as leis que as regem sejam respeitadas e para que isso seja possível é necessário não somente a fiscalização efetiva dos órgãos responsáveis pela

gestão da área, mas também da conscientização e sensibilização da comunidade que vive em sua área e entorno para que a conservação da região seja uma realidade.

Conforme os resultados obtidos por meio do diagnóstico participativo e entrevistas semiestruturadas, foi possível criar uma tabela na qual são apresentados os Problemas, Causas, Soluções e Atores Envolvidos na temática de diminuição de ecossistemas e recursos naturais relacionados à APA Litoral Sul de Sergipe (Tabela 3.3.1, 3.3.2, 3.3.3). Pelos quais fica evidente que a área da APA não tem cumprido sua função, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Surgindo dessa forma a necessidade em desenvolver alternativas que visem o desenvolvimento sustentável da área e alternativas que resguardecem de melhor forma a população tradicional do Litoral Sul de Sergipe, que tem perdido seu território e consequentemente o direito de exercer suas atividades extrativistas que os caracterizam e geram renda para população.

Tabela 3.3.1 - Resultados do Diagnóstico Participativo: Problemas, Causas, Soluções e Atores Envolvidos na temática de diminuição de Ecossistemas e recursos Naturais.

PROBLEMAS	CAUSAS	SOLUÇÕES	ATORES ENVOLVIDOS
Diminuição do pescado	<p>Poluição e desmatamento;</p> <p>Aumento do número de pescadores;</p> <p>Pesca predatória: pesca de corrente; rede c/malha fina;</p> <p>Instalação e uso de veneno de viveiros;</p> <p>Arrasto de camarão;</p> <p>Camaroeira, arrasta tudo (peixe de todo tamanho).</p> <p>Monocultura;</p>	<p>Conscientização dos pescadores;</p> <p>Educar representantes e lideranças através da capacitação;</p> <p>Fiscalização atuante (IBAMA, SEMARH);</p> <p>Estabelecer Acordos de Pesca;</p> <p>Limitar a área de pesca por frota (camarão);</p> <p>Criar alternativa de geração de renda, através de cultivos (maricultura, piscicultura, ostricultura);</p> <p>Criar alternativa antes de proibir a pesca;</p> <p>Investir em novas tecnologias para a produção de pescado e divulgar.</p>	<p>Associações</p> <p>BNDS</p> <p>Capitânia dos Portos</p> <p>Colônias de pesca</p> <p>CONAB</p> <p>DEAGRO</p> <p>Federação dos pescadores</p> <p>Governo Estadual</p> <p>Governo Municipal</p> <p>IBAMA</p> <p>Ministério do Trabalho</p> <p>Ministério Público</p> <p>NAT</p> <p>ONGs</p> <p>Pelotão Ambiental</p> <p>PETROBRÁS</p> <p>SEAP</p> <p>SEBRAE</p> <p>SEMARH</p>
Diminuição da mangabeira	<p>Especulação Imobiliária.</p>	<p>Criação da RESEX.</p>	
Devastação dos manguezais	<p>Carcinicultura (viveiros camarão);</p> <p>Construção civil.</p> <p>Não há consulta pública para a instalação dos viveiros, nem de qualquer outro empreendimento.</p>	<p>Educação Ambiental;</p> <p>Fiscalização atuante;</p> <p>Realizar audiência pública nas comunidades para a instalação dos viveiros;</p>	

Foi possível observar, conforme análise da tabela 3.3.1 que, os problemas ambientais como a redução do pescado, diminuição da mangaba e a devastação dos manguezais estão

relacionados diretamente com poluição e desmatamento dos manguezais; o aumento do número de pescadores; a pesca predatória; a instalação da carcinicultura sem consulta pública para a instalação dos viveiros, o uso de agrotóxicos nos viveiros de camarão que conseqüentemente é despejado nos manguezais nos quais estão instaladas esses empreendimentos; bem como o arrasto de camarão, que prejudica a fauna local.

Ainda nesse contexto temos a prática da monocultura da cana – de – açúcar que além do uso dos agrotóxicos que prejudicam o solo, também é causa das queimadas que ameaçam a fauna e flora da APA Litoral Sul de Sergipe; a especulação imobiliária, que além de executar imensas construções privadas, cercam as áreas que antes eram destinadas as atividades extrativistas, restringindo o acesso da população aos locais em que antes exerciam suas atividades extrativistas, obrigando dessa forma a população tradicional a procurar outras atividades e locais onde possam viver.

Como possíveis soluções, a população tradicional cita a importância da realização de projetos que visem à conscientização da população que vive na região da APA e do seu entorno; projetos que visem à educação ambiental com representantes e lideranças por meio de capacitações; a fiscalização atuante dos órgãos fiscalizadores responsáveis pela manutenção da área (IBAMA, SEMARH); o estabelecimento de acordos de pesca; a limitação de áreas por onde a frota (camarão) possa passar; a criação de alternativas de geração de renda, através de cultivos (maricultura, piscicultura, ostreicultura e artesanatos) e pelo investimento em novas tecnologias para produção, comercialização do pescado e da mangaba.

Ressalta – se que a população da área, anseia a criação dessas alternativas, como forma de compensação da proibição da pesca e da delimitação das áreas das fazendas e grandes empreendimentos. Também almejam pela criação da RESEX, como alternativa viável para a efetivação de todas as alternativas sugeridas nas oficinas participativas.

Faz-se necessário ressaltar que os problemas, causas e soluções foram apresentados e elaborados, pela população tradicional que habita na APA Litoral Sul de Sergipe e por atores envolvidos diretamente e indiretamente no processo de criação da RESEX, como demonstram as tabelas de resultados. Ao mesmo tempo em que foram levantadas questões relacionadas aos problemas existentes na área e soluções que poderiam ser tomadas para melhoria do desenvolvimento local, representantes da comunidade, notadamente pescadores, marisqueiras, extrativistas de caranguejos, e catadoras de mangaba trouxeram para o âmbito deliberativo

suas fragilidades de origem, ou seja, a baixa participação dos membros, as dificuldades de reunir os moradores da área, a falta de apoio de políticas públicas para o exercício de suas atividades profissionais, afetando diretamente o fortalecimento da população tradicional e a conservação do meio ambiente.

Ainda com base na análise dos resultados obtidos através das entrevistas, oficinas e reuniões participativas, foi possível identificar que necessidades dos moradores locais, estão relacionadas principalmente a deficiência na infraestrutura, afetando diretamente, a geração de renda e a saúde da população (Tabela 3.3.2 e 3.3.3), juntamente com as alterações dos ecossistemas e redução dos recursos naturais.

Fica evidente a ausência de preocupação do poder público em relação à população tradicional da área do Litoral Sul de Sergipe, moradores locais ressaltam as deficiências na infraestrutura pra comercialização de seus produtos, o cercamento desordenado das áreas da APA realizado por fazendeiros, a construção de grandes empreendimentos e instalação de carcinicultura realizadas sem licença prévia, além do fechamento de pesqueiros, onde eram realizadas as atividades que proporcionavam renda e subsistência para a população da região estudada (Tabela 3.3.2).

Ainda com base na análise da (Tabela 3.3.2) os problemas apontados pelos atores sociais presentes nas oficinas participativas realizadas pelo Plano Local de Desenvolvimento (PLD) estão relacionados principalmente com a falta de infraestrutura, como: local adequado para comercializar de produtos provenientes do extrativismo (pescados e frutos), ou seja, os pescadores da APA não possuem local adequado para venda dos seus produtos; ausência de espaço físico para convívio social, necessitam de um espaço em comum para a realização das reuniões da comunidade; falta de organização dos grupos (pescadores, marisqueiras, entre outros), alegam que mesmo entre eles, não a uma organização estabelecida para que haja o direcionamento das decisões que necessitam ser tomadas. Tais problemas são causados, sobretudo, pela ausência do Poder Público e pelos privilégios que são concedidos a latifundiários e grandes empresários que moram na área da APA.

Tabela 3.3.2 - Resultado do diagnóstico participativo com problemas, causas, soluções e atores envolvidos na temática da falta de infraestrutura.

PROBLEMAS	CAUSAS	SOLUÇÕES	ATORES ENVOLVIDOS
Falta de infraestrutura para comercializar de produtos provenientes do extrativismo.	<p>Ausência do poder Público;</p> <p>Os portos de desembarque são privados;</p> <p>Não tem local para armazenar o pescado.</p>	<p>Organizar a classe de pescadores;</p> <p>Organizar a comercialização; Infraestrutura para beneficiar o pescado.</p>	<p>Associações</p> <p>BNDS</p> <p>Capitânia dos Portos</p> <p>Colônias de pesca</p> <p>CONAB</p> <p>DEAGRO</p> <p>Federação dos pescadores</p> <p>Governo Estadual</p> <p>Governo Municipal</p> <p>IBAMA</p> <p>Ministério do Trabalho</p> <p>Ministério Público</p> <p>NAT</p> <p>ONGs</p>
Ausência de espaço físico para convívio social.	<p>Falta parceria e apoio do poder público;</p> <p>Falta de comunicação entre os grupos;</p> <p>Não conseguimos realizar muitos trabalhos sem a sede.</p>	<p>Construção de um espaço físico, com apoio para o trabalho das mulheres;</p>	<p>Governo Estadual</p> <p>Governo Municipal</p> <p>IBAMA</p> <p>Ministério do Trabalho</p> <p>Ministério Público</p> <p>NAT</p> <p>ONGs</p>
Os pescadores não conseguem se organizar e respeitar uns aos outros.	<p>Falta de conscientização.</p>	<p>Fortalecer a organização social dos pescadores;</p> <p>Realizar um levantamento da situação de cada comunidade pesqueira local;</p> <p>Fortalecer o associativismo através de cursos;</p> <p>Resgate cultural dos pescadores para elevar a autoestima.</p>	<p>Pelotão Ambiental</p> <p>PETROBRÁS</p> <p>SEAP</p> <p>SEBRAE</p> <p>SEMARH</p>
<p>Os pescadores não têm como repor (comprar) seus apetrechos de pesca;</p> <p>O pescador trabalha com apetrechos emprestados.</p>	<p>Falta acesso ao crédito;</p> <p>Baixa renda;</p> <p>Baixos preços pagos aos pescadores;</p> <p>Alta inadimplência dos pescadores nos financiamentos contratados.</p>	<p>Organizar a comercialização;</p> <p>Instituições viabilizarem alguns apetrechos;</p> <p>Financiamentos acompanhados de orientação e fiscalização.</p>	

Contudo, também foram apresentadas soluções, para resolução dos problemas apontados. A organização da comercialização dos produtos advindos da pesca esteve entre as primeiras propostas dadas pelos atores sociais para solução dos problemas que atingem as populações tradicionais da área da APA, pois por causa da deficiente forma de comercialização do pescado, os pescadores vêm-se obrigados a comercializar com atravessadores, que acabam barateando o produto.

Uma infraestrutura adequada para o beneficiamento do pescado e a construção de um espaço físico com apoio para o trabalho das mulheres, seria uma alternativa viável para o fortalecimento da organização social dos pescadores locais.

Realizar um levantamento da situação de cada comunidade local para promover o resgate cultural das populações tradicionais da APA Litoral Sul de Sergipe, também estiveram entre as propostas dadas pelos atores sociais presentes nas oficinas participativas.

A qualidade e a manutenção do meio ambiente são problemáticas que interferem de maneira direta a geração de renda e saúde da população tradicional, com isto obteve-se a análise da (Tabela 3.3.3), onde os problemas apontados foram: a falta de empregos nas comunidades, devido à diminuição dos recursos ambientais e a restrição que tem sido aplicada aos pescadores, marisqueiras e catadoras de mangada em relação ao acesso aos territórios, onde costumeiramente exerciam suas atividades extrativistas.

Tabela 3.3.3 – Resultado do diagnóstico participativo com problemas, causas, soluções e atores envolvidos na temática de geração de emprego e saúde.

PROBLEMAS	CAUSAS	SOLUÇÕES	ATORES ENVOLVIDOS
Não tem empregos nas comunidades.	Falta de opção fora da pesca e coleta da mangaba; Falta de alfabetização; O poder público não se preocupa com oferta de emprego nas comunidades extrativistas.	Fortalecimento das Cooperativas locais; Investimento em infraestrutura (estradas); Fomentar o cultivo de ostras e sururu; Incentivar o turismo local; Viabilizar as alternativas conforme a realidade local como as unidades de beneficiamento e comercialização dos produtos locais; Viabilizar cursos profissionalizantes para qualificar a mão de obra local; Divulgação e valorização dos produtos locais; Incentivar as iniciativas já existentes de projetos nas associações.	Associações BNDS Capitânia dos Portos Colônias de pesca CONAB DEAGRO Federação dos pescadores Governo Estadual Governo Municipal IBAMA Ministério do Trabalho Ministério Público NAT ONGs Pelotão Ambiental PETROBRÁS SEAP SEBRAE SEMARH
Falta de assistência à saúde.	Assistência médica precária; Desarticulação dos grupos; Desatenção dos Poderes Públicos.	Capacitação aos comunitários em primeiros socorros; Destinar mais recursos financeiros para o setor de saúde do município; Realizar fórum para debater questões ligadas à saúde do pescador e lixo hospitalar.	

A deficiente assistência à saúde, causada diretamente pela falta de infraestrutura local e a falta de políticas públicas tem agravado a situação ambiental e social da área da APA. Segundo Vasconcellos (2003), as políticas públicas, sejam elas para efetivar direitos sociais, ou implementar políticas econômicas, devem ser direcionadas para o desenvolvimento:

As ações do Estado, como um todo devem ser planejadas para uma única meta, o que demanda prestações com o intuito de fomentar as transformações necessárias para quebrar o paradigma do subdesenvolvimento. Contudo, estas políticas são necessárias para que se possa atingir o desenvolvimento sustentável da área por possibilitar que um maior número de indivíduos da sociedade possa participar do processo econômico e social, para estabelecer os valores importantes ao desenvolvimento, das ações a serem implementadas (VASCONCELLOS, 2003, p.215).

Diante dos problemas apontados, as soluções propostas pelos atores sociais que estavam envolvidos na construção do diagnóstico participativo foram o incentivo ao investimento na infraestrutura para fomentação de cultivos de ostra, fortalecimento das cooperativas já existentes na área (Catadoras de Mangaba). O incentivo do turismo local; a viabilização de alternativas conforme a realidade local como as unidades de beneficiamento e comercialização dos produtos locais. Bem como a viabilização de cursos profissionalizantes para qualificar a mão de obra local; a divulgação e valorização dos produtos locais e o incentivo às iniciativas já existentes de projetos nas associações.

Com isso foi possível analisar que durante a construção das alternativas apresentadas para solução dos problemas apresentados e analisados, que a criação da RESEX foi uma alternativa evidente, com a promessa de valorizar os saberes e as atividades das populações tradicionais, através do desenvolvimento sustentável e a conservação mais efetiva dos recursos naturais do Litoral Sul de Sergipe.

Diante dos resultados apresentados, vemos a importância da realização do diagnóstico participativo realizado na área da APA com atores que estão diretamente envolvidos nos conflitos socioambientais existentes. Juntamente com a aplicação das entrevistas semiestruturadas, a análise dos resultados obtidos através do diagnóstico participativo, proporcionou uma visão mais profunda dos conflitos que foram gerados na área e ao mesmo tempo permitiu perceber a percepção que a população tradicional e os atores sociais possuem a respeito dos problemas que a área do Litoral Sul de Sergipe vem enfrentando e quais as

melhores soluções, segundo os atores seriam melhor para o desenvolvimento sustentável da área em questão.

O diagnóstico participativo permitiu a análise do “como” esses problemas surgem, segundo Gutiérrez (1993), ao se fazer o diagnóstico participativo o que se está buscando é a geração de informações e conhecimentos necessários para a identificação dos problemas e necessidades enfrentadas pela comunidade. Inicialmente o diagnóstico participativo é um processo contínuo que gera conhecimento e que enriquece na medida em que a realidade transforma-se, como afirma Lima e Paiva (2014):

O diagnóstico participativo é importante e necessário, pois compreende um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (LIMA;PAIVA, 2014, pág. 83).

Em seguida tem como objetivo as prioridades, bem como identificar os recursos (humanos e financeiros) para sua execução, formulando quais os objetivos das ações. Sendo assim, quando envolvemos os beneficiários no processo de pesquisa, estamos proporcionando a objetivação de necessidades sentidas, bem como de necessidades reais não sentidas, determinando assim juntamente com a comunidade cada um dos problemas que serão abordados. Para agir sobre uma realidade é preciso conhecê-la e, para que isto ocorra é preciso uma análise profunda ao mesmo tempo em que deve ser dada ao grupo estudado a oportunidade de conhecer suas percepções, seus valores suas crenças, bem como seus temores e aspirações para o futuro. Desta maneira, a própria comunidade, organizadamente, pode levantar os dados necessários para conhecer sua realidade.

O diagnóstico participativo é um caminho, para estimular e apoiar pessoas e instituições na construção do autoconhecimento, a interação da comunidade com as instituições envolvidas no plano de desenvolvimento é um processo que facilita que eles possam, num espaço de tempo significativo, investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances de desenvolvimento local, assim como, abrir canais de tomada de decisões fundamentais relacionadas aos projetos a seu respeito, consorciadas ao cumprimento de seus interesses comuns. O planejamento participativo busca soluções e alternativas para desenvolver as atividades em potencial proporcionando a inclusão da sociedade.

A análise do diagnóstico participativo realizado na área da APA Litoral Sul de Sergipe, ajudou a enxergar uma realidade de forma mais concreta, permitindo a reflexão sobre esta e estabelece trocas e construções entre as pessoas envolvidas, possibilitando a reflexão sobre as causas dos problemas existentes, as oportunidades que são geradas e percepção de motivações e interesses dos atores direta ou indiretamente envolvidos, identificando aliados e diminuindo resistência. Juntamente com a aplicação e análise das entrevistas semiestruturadas que ajuda a criar um ambiente aberto ao diálogo, na medida em que permite ao entrevistado se expressar livremente, sem a mediação de outras lideranças. Criando dessa forma um espaço precioso de compartilhamento de palavras, histórias, fatos ou por meio de poesias, cantos e contos, os sonhos e esperanças de pessoas, comunidades ou mesmo organizações comunitárias e produtivas.

O diagnóstico mostra que a população sabe definir seus problemas e também encontrar soluções. Muitas das ações definidas como soluções podem ser de médio e longo prazo, isso é normal em se tratando de processos sociais para mudanças do modelo de preservação da área que é seguido atualmente.

No entanto, é preciso levar em conta as consequências da destruição dessas áreas, que estão sendo ocupadas para a implantação de viveiros de camarão; o plantio da monocultura da cana e do coco; construção de hotéis e condomínios de veraneio, que vem desestruturando a dinâmica ambiental da região. Quando isso acontece não é somente o ecossistema em si, plantas, animais e dunas, que estão sendo destruídos, mas a forma de sobrevivência e toda cultura das populações tradicionais que vivem, dependem e se relacionam com os recursos naturais da região, Figuras 3.3.1 e 3.3.2, a seguir.



Figura 3.3.1 - Pescadores do município de Itaporanga D'Ajuda, Sergipe, Brasil, 2014.



Figura 3.3.2 - Catadora de Mangaba, do município de Estância, Sergipe, Brasil, 2014.

Segundo Mota (2005), “*as populações tradicionais são produtoras de saberes e de formas de manejo a eles pertinente, essenciais na preservação da biodiversidade*”, ou seja, constroem através de várias gerações uma relação harmoniosa com os recursos naturais ao mesmo tempo em que sobrevivem do extrativismo, aprenderam como preservar e cuidar para que os mesmos não acabem. O relacionamento das populações tradicionais com a área da APA fica evidente na atividade que as mulheres exercem na coleta de mangaba:

Nessa relação, além da criação de toda uma cultura em torno das catadoras, das mangabeiras, da mangaba e da restinga, temos como exemplo a criação de músicas, de histórias, de receitas e etc, ou seja, foi desenvolvido um sentimento de pertencimento e de ligação entre elas. E nesse caminhar muitos resultados foram colhidos, dentre os quais podemos citar o desenvolvimento de processos de manejo das mangabeiras para aproveitar os seus recursos e não destruí-las, pensando sempre nos cuidados com as plantas e na sua reprodução. Essas formas de manejos e técnicas desenvolvidas procuram, na maioria das vezes, ser o mais parecido possível com a forma natural, pois as catadoras entendem as mangabeiras como uma dádiva de Deus e por isso elas devem ser criadas na sua forma natural (MOTA ;SANTOS, 2005, p173-180)

Podemos ver, com isso, que a criação da Reserva é importante para a comunidade não só pelo fato de proteger os recursos naturais, mas também por proteger o meio de vida e identidade dessas populações, trazendo um fim para o crescimento da especulação imobiliária na área, possibilitando um desenvolvimento sustentável que garante que os recursos naturais possam ser preservados juntamente com suas culturais, não só para sua sobrevivência, mas também de gerações futuras.

4 Capítulo 3 - Conflitos Socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe

Acserald (2004), afirma que os conflitos socioambientais são estabelecidos por envolver grupos sociais que possuem modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e dos recursos naturais, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tenha continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçado por impactos indesejáveis, decorrentes de atividades praticadas por outros grupos.

A área em estudo é envolvida por uma série de conflitos socioambientais, relacionados as pressões externas como: desmatamento de manguezais, instalação de condomínios de casas, instalação de viveiros, carreamento de áreas, fechamento de passagens de moradores locais (pescadores, pescadoras, e coletoras de mangaba, etc.), fechamento de portos pesqueiros. Esses conflitos podem ser identificados e estão relacionados ao uso dos ecossistemas, pois o litoral de Sergipe é composto de importantes ecossistemas costeiros de grande fragilidade como praias, manguezais, estuários, dunas e lagoas costeiras, considerados de alto grau de prioridade para a conservação da biodiversidade. Não é possível contextualizar a perda de ecossistemas importantes para a manutenção das populações tradicionais, sem entender o processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe.

Nessa área localiza-se uma das cidades mais antigas (Santa Luzia do Itanhy) de Sergipe e a sua fundação coincide com as primeiras tentativas de colonização do solo sergipano, pelos portugueses. Os primeiros brancos a explorarem a região foram os franceses, contrabandeando madeira, com a ajuda dos indígenas, habitantes de algumas aldeias ali existentes. No século XVI era o maior produtor de farinha de mandioca da província e em meados do século XVIII iniciou o crescimento da produção canavieira tornando-se a base da economia dessa região (FÉLIX, 1998). Ou seja, iniciou, dessa forma, o processo de desmatamento de ecossistemas importantes e a poluição dos rios pelos produtos utilizados nas fazendas canavieiras. Em seguida a atividade de criação de gado se estabeleceu na região, contribuindo na alimentação e como meio de transporte entre a população, somando mais um vetor de destruição dos ecossistemas.

Em meados do século XX, Sergipe iniciou um novo período de expansão da pecuária e das pastagens. No litoral sul a efetivação desse novo período se processa paulatinamente, após a crise da cana de açúcar que se consolidou na década de 1960, com a substituição desta

atividade pelo expansivo aumento da pecuária e da monocultura do coco (SOBRINHO, 2000; LOUREIRO, 1999). A partir de 1980 ao lado do coco ocorreu também a invasão da citricultura, como uma forma de reduzir os impasses gerados pela queda da produção de cana de açúcar. A dinâmica territorial evoluiu de um perfil de ocupação colonial no sentido Sul-Norte, com ocupação das áreas costeiras para o interior.

O litoral sul de Sergipe tem paisagens naturais e muitas praias tornando a área em um atrativo para o lazer e turismo. Assim, observaram-se mudanças de fazendas de coco e pesca artesanal, para um cenário de intervenções antrópicas no sentido de interligar a produção do interior com a costa via fluvial. Nas últimas décadas, a ligação terrestre por rede ferroviária e depois por vias pavimentadas estabeleceram novos vetores de ocupação do litoral com predomínio de loteamentos de segunda residência e estruturas e equipamentos para o turismo.

Esse cenário que mistura novas formas de uso com formas tradicionais induziu a preocupação em realizar um ordenamento territorial que atendesse às necessidades de proteção dos ambientes naturais com seus limites ecológicos e vulnerabilidades, além de compatibilizar as ocupações humanas e suas respectivas formas de usos do solo, o que exige articulação política para tal (VILAR *et al.*, 2010, p. 10-11).

As características da região levaram a definição de criação da APA pelo fato da região ter muitas propriedades particulares (principalmente fazendas de coco) e essa modalidade de Unidade de Conservação não necessitar de desapropriação e indenização de áreas particulares. A modalidade de APA prioriza a proteção da densidade biológica, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, permitindo certo grau de ocupação humana e propriedades privadas em sua delimitação, causando dessa forma, impasses na forma de uso e ocupação do solo, já que a população tradicional, que geralmente possui baixa renda, tem que competir de forma desigual, com latifundiários pelo direito de continuar usando o território para exercer suas atividades extrativistas.

Com a facilidade de acesso ao litoral sul de Sergipe e o aumento da atividade de turismo, levou a especulação imobiliária crescesse com a procura de áreas para construção de casas de veraneio, hotéis e outros. A construção de duas pontes que permitirão acesso rodoviário do Litoral Sul de Sergipe com o Litoral Norte da Bahia se estabelece como formas que conduzem ações e mudanças no uso do espaço. Com tantas mudanças os problemas se acirram e são agravados pelos conflitos socioambientais relacionados as pressões externas

(desmatamento de manguezais, instalação de condomínios de casas, instalação de viveiros, carreamento de áreas, fechamento de passagens de moradores locais e fechamento de portos pesqueiros).

Conflitos socioambientais - conflitos entre grupos sociais derivados das distintas formas de relação que mantêm com o seu meio natural, englobando o mundo biofísico, o humano, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre eles. O diferencial dessa forma de conflito, é o retorno do meio ambiente como um de seus elementos constitutivos, pois geralmente se desenvolve em torno de três componentes principais: a) o controle sobre os recursos naturais; b) os impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e c) o uso dos conhecimentos ambientais. (LITTLE, 2001 p.107-122).

Os conflitos socioambientais em sua maioria estão relacionados ao acesso, uso e controle dos recursos em áreas protegidas por lei, expressando a necessidade de reorganização das relações sociais e econômicas originadas a partir da dinâmica de uso e acesso aos recursos naturais. Machado (2005), afirma que a complexidade desses conflitos implica na necessidade de conhecer informações relacionadas aos aspectos legais das leis em seus três níveis: federal, estadual e municipal, associadas ao uso e ocupação do solo e zoneamento, aos aspectos sociais de uso de recursos; entre diferentes interesses de classe social e de competências de esferas governamentais por novos arranjos institucionais.

Diante dos conflitos estabelecidos a população tradicional iniciou uma ação de criação de uma RESEX com objetivo de preservar os recursos naturais, áreas de geração de trabalho e renda para essas populações. No processo de criação de Unidades de Conservação, as populações tradicionais são geralmente deixadas de lado no planejamento econômico do meio ambiente, sendo desprezados os saberes e culturas que as acompanham por gerações. O avanço do desenvolvimento econômico tem causado o desaparecimento das populações tradicionais, fazendo com que as mesmas, passem por diversos processos de mudanças sociais em seu perfil natural e cultural, devido aos conflitos sociais e ambientais que são gerados em relação ao uso e ocupação das áreas onde essas populações estão estabelecidas.

Os processos de mudanças sociais pelas quais as populações tradicionais são obrigadas a passar pelo uso e apropriação de suas áreas, fazem com que a familiaridade do homem com a natureza diminua e características singulares de cada comunidade desapareçam, diminuindo assim a diversidade cultural humana, que é elemento fundamental para a constituição de

sociedades diferentes, democráticas e sustentáveis (DIEGUES, 2001). O meio ambiente é a base natural sobre a qual a sociedade humana se estrutura, incluindo o ar, a água, o solo, a flora e a fauna, que dão o suporte físico, químico e biótico para a permanência das populações sobre o planeta (ACSERARD 1992).

No caso de Sergipe, o aumento desordenado do turismo na área da APA Litoral Sul estimulou os conflitos socioambientais entre os moradores locais, os turistas e as autoridades oficiais, uma vez que o turismo realizado de forma desordenada tem causado impactos negativos ao meio ambiente e as consequências são sofridas pela população tradicional, em que pesa à ação do Estado como regulador e como agente de ordenamento territorial. Os conflitos firmam-se devido à relação ambigua do tratamento em relação ao turismo, ocupação territorial, apropriação dos recursos naturais, e socioambientais (SANTOS; VILAR, 2013).

Os Conflitos na área vêm se agravando desde a construção da SE 100/Sul, rodovia intitulada de “Linha Verde” fazendo ligação dos Estados Sergipe-Bahia pelos municípios de Estância e o município de Indiaroba que são divisa dos Estados. O empreendimento foi pensado com a finalidade de incrementar o setor turístico da região, voltando-se para o aproveitamento dos potenciais naturais, o que estimulou a construção e pavimentação de rodovias vicinais e a implantação de linhas intermunicipais de transporte de passageiros e de passeio de barco para as atividades turísticas.

Completando esse cenário de conflitos aparece o conselho gestor da APA, o qual é gerido pelo estado com representantes estaduais, municipais, federais e de moradores. O conselho gestor tem pouca autonomia e não sabe muito bem qual o seu papel, os conselheiros demandam ações ao gestor da APA em vez de discutir ações de gestão compartilhada. Assim, a APA é muito pouco eficiente em operacionalizar o principal objetivo que é o de garantir que os recursos naturais não sejam degradados.

Diagnósticos realizados em diferentes comunidades da área da APA indicaram que emergiu na área de influência do empreendimento uma tendência de reversão de ocupações e como resultado do incremento da especulação imobiliária, as atividades tradicionais como a agricultura e pesca, até então praticada por grande parte da população, passou a dar lugar a profissões relacionadas à construção civil (OMENA, 2008). A implantação do empreendimento, cujo princípio seria o aproveitamento dos potenciais naturais da região, deu origem a novas estruturas paisagísticas marcadas pela presença de taludes desprovidos de

cobertura vegetal e em processo erosivo, pela descaracterização do relevo e por alteração no curso da drenagem natural, entre outros efeitos ambientais adversos relacionados aos meios bióticos e antrópico.

As somas dos problemas gerados com a construção da rodovia expuseram riscos de degradação a flora e fauna local, especialmente em áreas anteriormente resguardadas da exploração ou de significativo interesse ambiental, como é o caso da APA do Litoral Sul, da mesma forma deixa claro que os órgãos ambientais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização estiveram aquém dos cumprimentos do seu papel.

3.2 Unidades de Conservação em Sergipe.

O estado de Sergipe conta com grande diversidade de ecossistemas em toda a sua extensão, caatinga, cerrado, mata atlântica, praias, restingas e manguezais, todos estes sofrem com a pressão antrópica, e necessitam de estudos para definição de ações de gestão. A ocupação territorial neste estado levou a grande perda de seu patrimônio natural especialmente do bioma Mata Atlântica, um dos 34 *hotspots* de biodiversidade do mundo, possuindo um elevado grau de degradação, sendo, portanto, um ecossistema prioritário para a conservação (LAGOS; MULLER, 2007).

Em Sergipe, as unidades de conservação foram implantadas no final da década de 80 e início da década de 90, sendo duas de proteção integral e cinco de uso sustentável. Até o ano de 2007 foram criadas mais oito unidades de conservação, quatro de proteção integral e quatro de uso sustentável (SILVA; MELO; SOUZA, 2009). Em 2011, oficializou-se a criação de mais três unidades de uso sustentável, de gestão particular. Categorias de UC's foram criadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, e segundo a SEMARH (2010) existem dezenove Unidades de Conservação, sendo sete particulares, quatro do Governo Federal, duas Municipais e seis Estaduais (Figura 3.2.1). Dentre as categorias de unidades de conservação presentes no estado encontram-se: Parque Nacional, Reserva Biológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Floresta Nacional, Reserva Particular de Patrimônio Natural e Área de Proteção Ambiental (BATTESINI, 2010). De acordo com Gomes *et al.* (2010), unidades de conservação em Sergipe abrangem 5,19% da área total do estado.

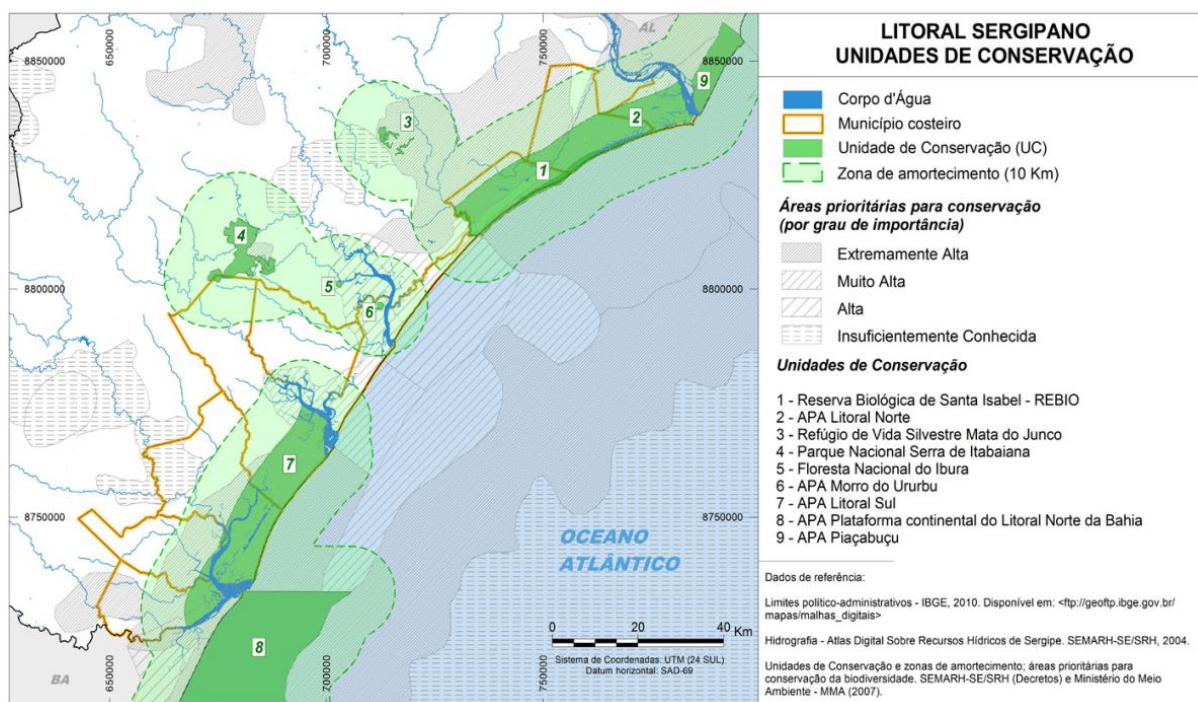


Figura 2.2.1 – Unidades de Conservação do litoral de Sergipe. Fonte: IBGE, 2010.

Atualmente todas as Unidades de Conservação Estaduais estão passando por processos de estudos para a criação de seus conselhos consultivos e para elaboração de Planos de Manejo, uma vez que nenhuma destas UC's possui tal documento que é de suma importância para a gestão das Unidades de Conservação. O enquadramento das unidades nas categorias de conservação ocorre com base nos recursos existentes na área, na sua capacidade de gerar benefícios para a sociedade e o ambiente que possibilita atender os objetivos determinados pelo SNUC (CAMPOS; TOSSULINO; MÜLLER, 2006).

Visto que, os conselhos consultivos são de extrema importância, pois são organizações lideradas pelas partes interessadas que elaboram recomendações sobre a gestão dos recursos naturais. Essas recomendações podem incluir pareceres sobre aspectos relacionados com a conservação ou aspectos socioeconômicos da gestão, bem como sobre a simplificação das regras. Os conselhos consultivos são consultados no âmbito da regionalização, devendo igualmente contribuir para os dados sobre as medidas de gestão e de conservação da área em questão.

A conservação da biodiversidade garante, entre outras coisas, a sobrevivência e a permanência das populações em uma determinada área, mas para alcançar o uso sustentável dos estoques naturais, há necessidade de uma harmonização das diferentes políticas públicas, privilegiando o apoio às populações locais e outros setores que atuam na região, com estratégia de comunicação que vise não só aperfeiçoar as atividades existentes, mas também a implantação de atividades que promovam o manejo sustentável de recursos naturais.

Há um consenso entre os cientistas de que a questão da conservação e preservação do meio ambiente não pode ser encarada sem levar em conta o comportamento e as ações dos seres humanos. A conservação dos recursos naturais garante a continuidade da biodiversidade, entre outras coisas, a sobrevivência e a permanência das populações tradicionais em uma determinada área, para alcançar o uso sustentável dos recursos naturais. Há necessidade de uma harmonização das diferentes políticas públicas, privilegiando o apoio às populações locais e outros setores que atuam na região, com estratégia de comunicação que vise não só aperfeiçoar as atividades existentes, mas também a implantação de atividades que promovam o manejo sustentável de recursos naturais.

As relações entre as populações e o meio ambiente em que vivem, são específicas, criando um espaço dinâmico rico em conhecimento e construção de culturas, que acaba delimitando territórios e locais produtivos para geração de renda da comunidade e domínios tradicionais. Com o avanço do crescimento econômico e criação de UC's, sem que haja uma preocupação com as populações tradicionais, corre o risco de se perder essa parte importante de conhecimento e cultura local, devido 'a reorganização dos espaços, ditada pelos avanços da economia urbano/industrial e pasteurização cultural global (DIEGUES, 2001).

4.1 Conflitos relativos APA e RESEX

Em 2007 foi dada entrada a petição de recategorização da área da APA para RESEX, a petição foi encabeçada por representantes legais de instituições não governamentais da área da APA, como representante da colônia de pescadores, do grupo das catadoras de mangaba e das ONGs locais. Somente em 2009 foi realizado o recorte geográfico da área de

implementação da RESEX (Figura 4.1.1). De acordo com Sampaio (2007), alguns moradores não sabem ao certo se suas propriedades estão dentro dos limites das Unidades de Conservação e quais restrições serão impostas caso seja criada a RESEX.

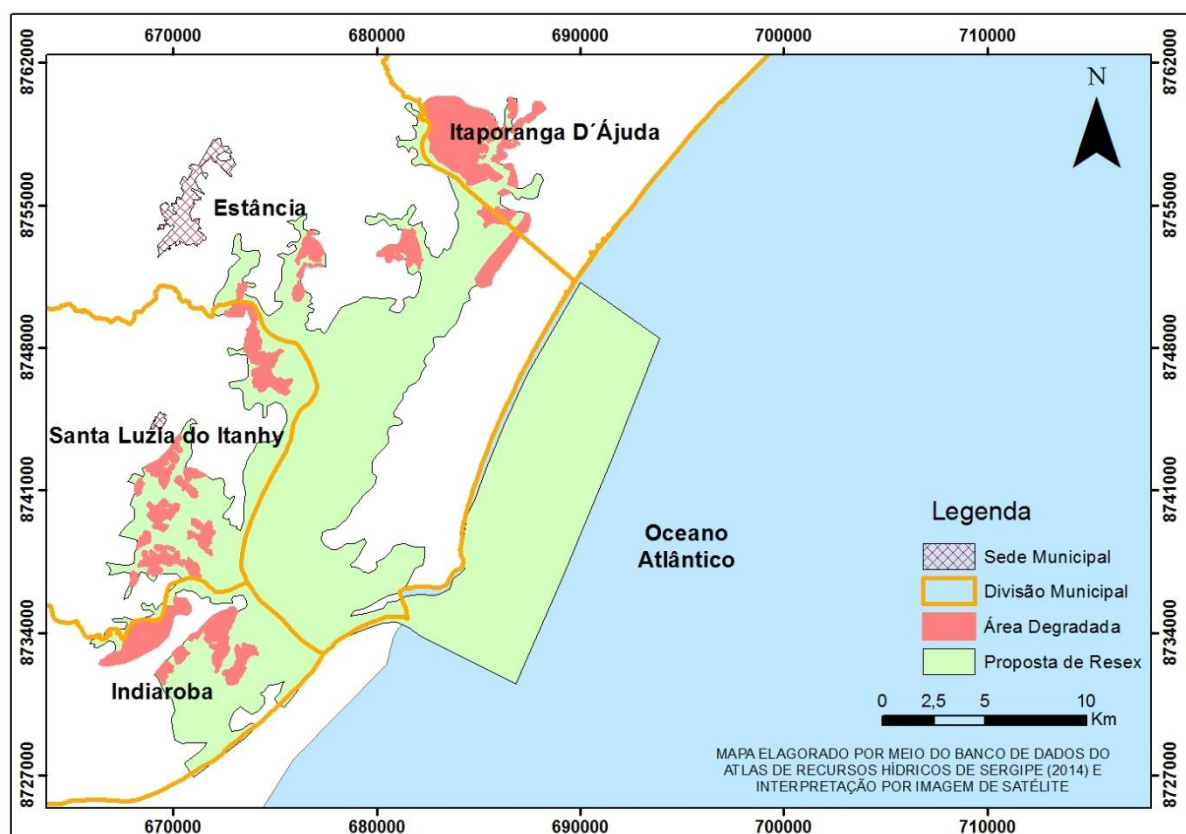


Figura 4.1.1 - Municípios do estado de Sergipe que farão parte da RESEX. Fonte: Acervo construído para dissertação (2015).

Diante desse fato, ressalta-se a importância da sensibilização da comunidade em relação às implicações que a criação da RESEX trará, caso aja a efetivação da criação. Os objetivos básicos na criação da RESEX é a proteção dos meios de vida e da cultura das populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas (SNUC, 2004). Diante do impasse, o estudo identificou que a população tradicional continua sendo pouco considerada dentro do processo de criação de unidades de conservação.

Existe uma mobilização, na área da APA Litoral Sul, realizada por instituições não governamentais, esclarecendo a população tradicional, quanto à importância da criação da

RESEX, essa mobilização tem trazido diversos resultados positivos, quanto a participação mais efetiva da comunidade nas discussões de causas que lhes dizem respeito, com isso relembramos o propósito do diagnóstico participativo, trazendo um fragmento do texto de Arcieri, 2007*:

Reserva extrativista representa reconquista dos valores morais, físico-social e econômicos, pertencentes às populações nativas, que são as herdeiras ou proprietárias naturais das riquezas provenientes dos fluxos das marés e de tudo que existe na exuberância de nossa fauna e flora.... É resgate da pura continuidade das culturas tradicionais, é afirmação do poder de regeneração dos mares, das florestas... (sic) (ARCIERI, 2007)

Dessa forma ressaltamos que a criação da RESEX garante o reconhecimento do poder de gestão das populações tradicionais e seu conhecimento acerca dos processos em relação as suas práticas extrativistas. Como são áreas destinadas à exploração sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, os benefícios são baseados no desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais na melhoria de vida dessas populações. Além da garantia da terra como patrimônio comunitário; sustentabilidade às populações tradicionais; permite fixar as famílias e suas culturas, evita que haja migração para as grandes cidades; preservam, conservam e fiscalizam o meio ambiente; reduzem a taxa de desmatamento e de depredação de recursos naturais, melhorando o padrão de vida das populações tradicionais, permitindo, com isso, o melhor aproveitamento dos recursos naturais, fortalecendo a renda, ou seja, as Reservas Extrativistas são importantes para o meio ambiente, e para a população que nelas vivem.

4.2 A invisibilização das populações tradicionais

Os conflitos existentes na região Litoral Sul de Sergipe tem atingido níveis significativos com grande influência para a conservação da comunidade tradicional e da biodiversidade da região, o avanço do setor imobiliário, monoculturas em restingas e

* Welton Arcieri é um autodidata, natural de Santa Luzia do Itanhy, trabalhou em uma companhia de navegação marítima viajando por vários continentes, tem grande conhecimento da vida, é um contestador das administrações públicas municipais com respeito à falta de saneamento básico.

instalação de empreendimentos em apicuns e manguezais, além da extração de areia dos rios , tem causado grande impacto ambiental, o que implica na evasão forçada das populações tradicionais que são obrigadas a deixarem suas terras, seus trabalhos e atividades diárias, iniciando dessa forma a marginalização e consequentemente a favelização de cidades como Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy, situadas no Litoral Sul do Estado de Sergipe.

Neste contexto pode-se citar Leme-Machado (1999) que afirma: *“O fato de um bem ambiental interessar a população local e ao mesmo tempo a toda humanidade não deve conduzir a uma política de menosprezo ou marginalização do interesse local.”* Assim, essa invisibilização das populações tradicionais para as cidades tem gerado diversos problemas, tais como: a falta de emprego, tendo como consequência negativa o alcoolismo, prostituição e a desagregação familiar que fatalmente os levam à desqualificação humana, implicando também em transtornos de gestão administrativa para as prefeituras locais, que pouco ou nada fazem para sanar tais problemáticas em benefício dessas populações.

Ainda no contexto de desterritorialização das populações tradicionais do Litoral Sul de Sergipe existe o fechamento de 22 portos locais de desembarque pesqueiro da região, que deveriam ter o acesso garantido por Lei e Código de Águas, permanecendo somente dois ativos em condições de uso, causando grande tormento para os pescadores artesanais, marisqueiras, catadoras de frutas nativas e catadores de caranguejo que vivem dos recursos naturais da região (PALOMARES, 2007).

A população que sobrevive dos recursos naturais da área está sendo impedidas de ter acesso ao Mar e às áreas de restinga e mangue, das quais dependem para sua subsistência. É necessário que seja realizado uma identificação das áreas que pertencem a União para facilitar o acesso a tais áreas pelas populações tradicionais até que seja criada a reserva. “As primeiras denúncias sobre as dificuldades dessas populações s foram trazidas ao Ministério Público Federal em 2010, quando foi aberto um procedimento administrativo para acompanhar o caso”, explica a procuradora Livia Nascimento Tinôco (sic) (ICMbio *apud* CORREIO DE SERGIPE, 2014).

Foi constatado durante entrevistas com pescadores e catadoras de frutos nativos que a comunidade que vive na região que compreende área da APA, necessita realizar longas caminhadas contornando áreas que foram cercadas, por latifundiários e empresários, para conseguirem chegar nos locais onde possam praticar suas atividades diárias que são fonte de

subsistência e geração de renda. O Ministério Público Federal estuda medidas judiciais para garantir o acesso imediato da população a essas áreas contra os proprietários de portos que impedem a passagem de pescadores, especialmente em Santa Luzia do Itanhy e Estância, onde se encontram os problemas mais graves. O procedimento administrativo está registrado no MPF/SE com o número 1.35.000.000315/2010-66 (ICMbio *apud* CORREIO DE SERGIPE, 2014).

Pessoas que possuem grande poder aquisitivo que vivem na região se dizem proprietários de terras da União e cercam Áreas de Preservação Permanente como: restingas, dunas, manguezais, apicuns, lagoas costeiras e estuários, impedindo dessa forma que as populações tradicionais de pescadores artesanais e catadoras de frutas nativas exerçam suas atividades diárias para sua sobrevivência. Além de impedirem a entrada da comunidade, mantêm seguranças armados e cachorros para protegerem áreas que são na verdade de livre acesso por serem terras da União – (Palomares). Em entrevista realizada em 03/10/2014.

Faz-se importante ressaltar que o desenvolvimento local e econômico, atinge as populações tradicionais como um todo, e necessitam atenção especial para os impactos que podem causar a elas, pois são geralmente as mais afetadas, e dependem diretamente dos recursos naturais, não significando que elas não causem impactos ao meio ambiente, mas necessita diretamente desses recursos como garantia de geração de renda e subsistência.

Segundo Cunha:

As populações tradicionais hoje são dificilmente tituladas, temos em alguns casos o conceito de populações tradicionais como populações que tem baixo impacto sobre o meio ambiente ou populações que estão fora da esfera do mercado, se as definirmos de tais formas seria difícil encontra-las hoje (CUNHA, 2009, p. 278).

As populações consideradas tradicionais necessitam manter e recuperar o controle sobre os recursos naturais que exploram como garantia de continuidade do recurso natural de onde retiram sua fonte de renda e constroem suas identidades. Devem constituir-se no manejo social dos recursos naturais; dentro das Reservas Extrativistas, devem ser respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho (Carta de Curitiba, 1988). Essas populações geralmente possuem em seu histórico uma relação de baixo impacto ambiental.

[...] são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA ;ALMEIDA, 1999, p. 300).

Diante dos fatos relatados por representantes das populações tradicionais dos municípios pertencentes à área do Litoral Sul de Sergipe por meio de entrevistas, ressalta – se a importância do cumprimento do Art. 20 da Instrução normativa 03 de 18/09/2007, publicada no Diário Oficial da União:

São consideradas prioritárias para a criação de Reservas Extrativistas ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável áreas de uso ou que abriguem populações tradicionais em situações de vulnerabilidade, sob ameaça de conflitos, que ponham em risco seus modos de vida e a conservação ambiental, podendo, em caso de risco de dano grave, ser decretada, limitações administrativas provisórias (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 182, seção I, pág. 104, de 20/09/2007 do ICMbio).

Podemos afirmar que as populações tradicionais são muitas vezes responsáveis por praticar o manejo adequado para o melhor funcionamento dos sistemas viáveis de apropriação, uso e gestão de recursos renováveis que podem ser utilizados como referenciais importantes (VIEIRA, 1989). As tensões e situações extremas de violência são cada vez mais frequentes na área da APA e colocam em evidência o agravamento dos conflitos ambientais, a mudança de categoria, para Reserva Extrativista, possui um caráter que compreende e abarca de melhor forma as populações tradicionais, desapropriando propriedades e empreendimentos privados. As Reservas Extrativistas beneficiam as pessoas que dependem diretamente dos recursos naturais para garantir o próprio sustento.

A importância da criação das Reservas Extrativistas não é apenas na esfera ambiental, mas também na valorização das populações, favorecendo o fortalecimento cultural de suas identidades e práticas e nas relações econômicas, buscando equilíbrio nos aspectos econômico, ambiental e sociocultural, fundamentais para que ocorra o desenvolvimento sustentável e a valorização das populações tradicionais. A participação das populações tradicionais não se restringe à luta pela conservação dos recursos naturais, atuando através do

seu conhecimento tradicional a favor do planejamento e gestão desses territórios, mas também como uma forma de reivindicar as melhorias necessárias relacionadas à sua sobrevivência e qualidade de vida.

4.3 O que está em “*cheque*” na solicitação de criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul em Sergipe pertence ao grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, abrigando uma diversidade de paisagens, cujos territórios são usados como fortes atrativos turísticos, como: as praias de Caueira, em Itaporanga D’Ajuda, praia do Saco, praia da Ponta do Saco, praia do Abaís e praia das Dunas em Estância, além de diversas lagoas, entre elas a Lagoa Azul, a maior do Estado, e os ambientes dunares (SILVA et al, 2012).

Por possuir uma variedade de atrativos naturais, como planícies, tabuleiros costeiros, e elevada densidade da rede hidrográfica, recursos pesqueiros, restinga arbórea, manguezais, dunas, mata ciliar, entre outras, as características ambientais da área de estudo contribuem para o processo de ocupação e uso múltiplo da Área de Proteção Ambiental, numa visão econômica da natureza o que acaba comprometendo o equilíbrio ambiental e o quadro socioeconômico da região (SANTOS *et al*, 2012).

Área de Proteção Ambiental – APA, cuja criação está prevista no artigo 8º da Lei Federal 6.902/81, dispondo: “*O Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para Proteção Ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais*”.

A criação de APA’s possui o benefício da Lei: - é que não desapropria ninguém de suas terras, e muito menos exige que alguém saia da área. Pelo contrário, a APA contribui em muito para a fixação do homem à sua terra, incentivando ainda a implantação de atividades socioeconômicas sustentáveis. A Lei 6.902/81 estabelece normas, que limitam ou proíbem atividades ao proprietário de terras inseridas neste tipo de Unidade de Conservação, que poderiam trazer prejuízos ambientais aos proprietários e à população em conjunto, já previstos inclusive em outras leis.

Apesar do Litoral Sul de Sergipe possuir uma APA e ser resguardada pela Resolução CONAMA nº 10 de 14 de dezembro de 1988, devida especulação imobiliária, a agricultura em grande escala, temos como reflexo a exclusão das populações tradicionais, como: marisqueiras, pescadores, quilombolas e catadoras de mangaba que usam os recursos naturais da área da APA Litoral Sul como fonte de renda e subsistência. Não bastando, atualmente a construção de grandes empreendimentos e a apropriação de parte das terras por latifundiários, e o turismo desordenado que tem limitado e degradado as áreas de atividades extrativistas, alterando consideravelmente a dinâmica do ambiente.

As populações tradicionais que estão localizadas em áreas de interesse econômico e ambiental são geralmente consideradas entraves para o desenvolvimento e conservação do meio ambiente. A criação de Unidades de Conservação tem sido uma alternativa para que as populações tradicionais tenham seus espaços garantidos e os recursos naturais disponíveis sejam preservados.

Dessa forma podemos analisar que a ocupação, por terceiros, das áreas da APA do Litoral Sul de Sergipe não limita somente a geração de renda dessas famílias que muitas vezes vivem exclusivamente das atividades extrativistas. Mas retira delas a identidade que foi construída ao longo de suas vidas, tirando suas histórias, saberes e fazeres. Sendo assim, tanto a instalação de empreendimentos, a apropriação de terras por latifundiários, e o turismo nos ambientes em que as populações estão inseridas, necessitam levar em consideração dois principais componentes: as situações práticas de vida da comunidade, atentando para a cultura e tradição locais e a utilização tradicional dos recursos naturais locais.

As populações consideradas tradicionais têm em seu histórico uma relação com a natureza de baixo impacto ambiental, ao mesmo tempo em que necessitam manter e recuperar o controle sobre os recursos naturais que exploram para a manutenção de seu território (OLIVEIRA, 1993). Essas são inúmeras vezes deixadas de lado no processo de desenvolvimento e por vezes expulsas de seus territórios, pois são consideradas entraves para o desenvolvimento da economia local, quando deveriam ser consideradas ponto de partida desse processo.

A exclusão do homem destas áreas significa perda em termos de biodiversidade e do saber *“acumulado por várias gerações sobre plantas, animais e técnicas de manejo”* (ARRUDA, 1996). Quando excluídas de seus territórios, as populações tradicionais acabam

tendo cada vez menos condições de praticar e reproduzir padrões socioculturais, considerando que a conservação dos recursos naturais são a garantia de sua existência.

[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (NÓBREGA *et al. apud* CUNHA & ALMEIDA 1999, p. 300)

Diegues (2004) afirma que “*a busca pelo desenvolvimento tem causado o desaparecimento das populações tradicionais*”. Considerando essa afirmativa, podemos levar em conta que o desenvolvimento do capitalismo, que domina o sistema econômico contribuiu ao mesmo tempo com o desaparecimento da identidade cultural dos povos tradicionais, pois a dependência deste modo de produção capitalista, por menor que seja, leva as populações tradicionais a se desfazerem das formas pelas quais tratam o mundo natural e seus recursos. A necessidade em preservar as identidades e valores culturais e a relação que a população possui com a terra aparecem como suportes da biodiversidade, da capacidade de recuperação dos recursos e dinâmica dos ecossistemas. As populações que habitam essas áreas naturais, como as matas, cerrados, caatingas e as áreas rurais onde se expressa sua cultura ligada aos recursos naturais é quem geralmente possuem condições de manter a base dos recursos como herança de um patrimônio histórico-cultural.

A valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações deveria constituir uma das pilstras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto, deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes (DIEGUES, 2000, p. 42).

A relação entre população tradicional e os recursos naturais não pode ser considerada como uma relação sem impactos, mas também não pode ser colocada, como uma relação determinante na destruição dos recursos naturais, pois o contexto que envolve essa relação traz a necessidade de uma reflexão acerca da coexistência de ambas e os efeitos gerados. Toledo (2001) mostra dados que procuram articular a presença de populações tradicionais em áreas naturais protegidas, acrescentando informações sobre a existência de espécies endêmicas

nessas regiões e o elevado nível da diversidade biológica. Com isso, o autor indica que é possível a existência harmoniosa desses elementos, visto que o manejo dos recursos naturais desenvolvidos pelas populações tradicionais que é proporcionado pela acumulação dos conhecimentos transmitidos ao longo do tempo entre as gerações contribui para o fortalecimento e diversidade da biodiversidade.

Pode-se ter práticas culturais conservacionistas sem uma ideologia conservacionista. Neste caso, temos populações que, sem ter uma ideologia explicitamente conservacionista e que, não obstante, seguem regras culturais para o uso dos seus recursos naturais de maneira sustentável (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p. 46).

Porém, com o avanço do desenvolvimento e consequentemente das tecnologias essas populações tradicionais passam por transformações sociais em suas características naturais e culturais, que fazem com que a familiaridade e a identidade do homem com seu território diminuam. “*O meio artificial elaborado pela cultura, cumulativa por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal*” (CANDIDO, 1964). Com isso a diversidade cultural humana, que é elemento fundamental para a constituição de sociedades diferentes, democráticas e sustentáveis vai desaparecendo, dizimando dessa forma identidades culturais singulares.

A identidade é fonte de significado e experiências de um povo, onde o processo de construção de significado é dado por um atributo cultural inter-relacionado prevalecendo sobre outras fontes de significado, concentrando na identidade coletiva (CASTELLS, 2001). De acordo com o ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída, sendo assim:

A construção social ocorre em um contexto marcado por relações de poder com a distinção entre três formas e origens de construção de identidades: Identidade legitimadora; Identidade de resistência; e Identidade de projeto, que para nós, é o ideal de identidade a ser alcançado. Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade (CASTELLS, 2001, p. 24).

Evidenciando a importância do conhecimento tradicional podemos citar o exemplo dos saberes construídos na pesca artesanal, sendo definido como “construído” quando algo é

passado de geração a geração, pela prática e experiência, como por exemplo o “*identificar a época de reprodução e concentração de cardumes*”, “*o instrumento com o qual o cardume pode ser capturado*”, entre outros (DIEGUES, 2004), tornando-se, dessa forma, fundamental os estudos com populações levando em consideração as situações práticas de vida e a importância do território na construção das tradições locais.

O conhecimento acumulado de grande parte das práticas tradicionais de manejo é transmitido através das gerações, de forma oral, o conceito de território é uma das características mais relevantes que definem os povos tradicionais. O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data (DIEGUES, 2006, p. 206).

Para as populações tradicionais o território é onde sua identidade é formada. Raffestin (1993) afirma que território “*é o espaço adaptado por um indivíduo, sendo definido e delimitado a partir de relações de poder, em suas várias dimensões*”. Cada território “*é produto da intervenção e do trabalho dos indivíduos sobre determinado espaço*”. O território não se reduz à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma rede de relações sociais”.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10 *apud* FARIA, 2012, p.10).

O território cria a identidade, além de expressar a história de vida de cada comunidade. É a representatividade do resultado de todo o processo de vida e práticas de atividades diárias que caracterizam as populações nos locais onde se firmam, construindo a sua identidade histórica. Sendo assim, ressalta-se a importância de garantir o território dessas populações para a manutenção das espécies e das pessoas que ali vivem e que tiram não só o sustento dos recursos naturais, como também constroem suas identidades, através das atividades diárias que exercem nessas áreas. Como ressalta o poeta Coronel (1997) “*Ninguém ensina o pescador a pescar, é aprendizagem com as ondas, o vento, a noite, o luar.*” É difícil expressar o quanto o território é importante para essas populações, pois é impossível pensar

quem somos, o que fazemos, sem um lugar onde possamos desenhar nossa história. Para as populações tradicionais continuar desenvolvendo suas práticas rotineiras é sinônimo de resistir para que possam de fato existir, transmitindo de geração a geração suas vivências e seus costumes.

As populações tradicionais têm sido em sua grande maioria desvalorizada no processo de desenvolvimento e a Criação das Unidades de Conservação tem sido alternativa para que elas possam resistir a esse processo. É preciso levar em conta que nesses territórios o trabalho e vida andam em comunhão, o trabalho realizado por elas, como o extrativismo, ao mesmo tempo em que é fonte de renda para o homem é o sinônimo de liberdade e identidade. Sem a garantia ao acesso à terra, elemento base da cultura e da economia dessas populações, elas perdem suas identidades e são forçadas a saírem de seus territórios em busca de outras alternativas como fonte de renda, dessa forma se descaracterizando culturalmente.

A parcialidade do governo em relação a punir somente os menos privilegiados, e a deficiente valorização e manutenção das populações tradicionais tem agravado os problemas ambientais e expulsado essas populações de seus territórios. A proposta de desenvolvimento na esfera individual tende ao fracasso, o desenvolvimento é algo que tem que ser gerado conjuntamente. Somente assim é possível aumentar a possibilidade de construção de uma relação saudável entre a sociedade e a natureza.

A relação das populações tradicionais com os recursos naturais, saberes que se transformam em técnicas construídas e passadas por gerações levam ao manejo que possibilita a comunidade retirar dali sua alimentação e fonte de renda permitindo muitas vezes ao mesmo tempo a continuidade dos recursos. Do ponto de vista cultural, os estudos apontam que os manejos das áreas naturais podem estar profundamente ligados à visão de mundo e práticas culturais e simbólicas das populações tradicionais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna (DIEGUES, 2000).

Preservacionistas alegam que a permanência de populações tradicionais em áreas protegidas é supostamente incompatível em relação à proteção da biodiversidade. As Unidades de Conservação foram criadas essencialmente para a proteção ambiental, o estabelecimento dessas áreas para a conservação da biodiversidade é um objetivo relativamente recente, mas já foi visto que é importante levar em conta o conhecimento das populações locais para proteção e manutenção das áreas e da biodiversidade que compreendem. Como exemplo, Balée (1993) alega que a manutenção e o aumento da

biodiversidade nas florestas tropicais, estão relacionados intimamente com práticas tradicionais da agricultura que vem dos povos primitivos, a regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, consequência das atividades do homem primitivo.

A criação de Reservas Extrativistas que surgiu no final da década de 1980, como resultado de conflitos violentos para legitimidade e regularização fundiária em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais, foi promovida pelo movimento social dos seringueiros, que denunciou práticas predadoras do ambiente natural (como o desmatamento e especulação fundiária) e de injustiças sociais como assassinatos e expulsão de pessoas de suas terras (CUNHA, 2001), essas denúncias repercutiram internacionalmente. Com isso as Reservas Extrativistas foram abrangidas pela definição do artigo 18 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (lei n. 9985 de 18/06/2000), definindo-as da seguinte forma:

Área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Fica evidente, portanto, que as Reservas Extrativistas, historicamente foram uma proposta de legitimar a posse, e de reconhecer os direitos à terra daqueles que nela trabalham e vivem há anos, ou seja, foram pensadas para que a terra cumpra a sua função social. A reserva extrativista, enquanto proposta deve ser entendida como:

Regularização de áreas ocupadas por grupos sociais que têm como fonte de sobrevivência produtos nativos da floresta e que realizam exploração econômica sustentável: [...] as reservas extrativistas atendem a fins de conservação ambiental, de regularização fundiária e de desenvolvimento econômico (sic) (CARTA DE CURITIBA, IEA, 1998).

A ocupação da área em questão deve ser realizada de maneira que constitua um ambiente que seja socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente viável para que a conquista da terra, que objetiva manter o extrativismo, promova a defesa e a manutenção do meio ambiente, obedecendo à exigência de conservação dos recursos naturais

da área. A valorização do espaço do homem associada à conservação do meio ambiente, é a principal característica da criação das reservas extrativistas, considerando os aspectos culturais, sociais e econômicos das populações tradicionais.

Mesmo com divergências e polêmicas na forma de gestão, a criação das Reservas Extrativistas, traz grande benefício para preservação de ecossistemas fragilizados, pois a manutenção e a preservação dos recursos naturais existentes na área requerem a participação efetiva das populações que vivem diretamente deles, além de representar para a população tradicional, a conquista da terra. Tornando a conservação dos recursos naturais, a garantia da melhoria da qualidade de vida dentro da reserva, fortalecendo dessa forma a busca pelo manejo sustentável. Ferreira (2007) afirma que a criação das reservas, antes de ser uma norma, deve ter como papel principal induzir a um planejamento ambiental para a região que se deseja preservar, ou seja, deve incitar um planejamento ambiental coerente e tornar esses mesmos espaços aptos ao desenvolvimento humano presente e futuro.

4.4 Audiências públicas: espaço último dos conflitos socioambientais

Assim como mobilizações realizadas em prol a criação da Reserva Extrativista, surgem também as mobilizações contrárias. Segundo o Relatório das últimas audiências públicas realizadas, nas cidades de Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Estância, onde deveria ser instalada a Reserva Extrativista do Litoral Sul do Estado de Sergipe, realizada em 2013, disponível no Acervo da biblioteca da ONG Água é Vida:

Em face aos acontecimentos ocorridos nas primeiras audiências para instalação da RESEX do Litoral Sul do Estado de Sergipe, muitos posicionamentos contrários ao Processo de Instalação se afluíram e surgiram cidadãos, dentre eles, pessoas que ocupam posições administrativas e políticas de destaque nos Municípios ora citados, tais como Prefeitos, Vereadores, Empresários, Presidentes de Associações de Moradores e etc. imbuídos somente de interesses econômicos e particulares. Após o encerramento das primeiras audiências e nos intervalos entre as primeiras e as últimas reuniões, muito se comentou desfavoravelmente contra este projeto do Governo Federal, deixando-nos, como proponentes deste pedido o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), preocupados quanto a real possibilidade de sucesso do referido projeto, tal a pressão imposta pelos contrários. (ONG ÁGUA É VIDA, 2013).

Torna-se evidente a necessidade de melhores formas de esclarecer a comunidade da área da APA acerca da real importância do processo de criação da RESEX. Diante disso a Colônia de Pescadores Z4, sediada no Sul do Estado de Sergipe, que registra o maior número de pescadores artesanais, marisqueiras e catadores de caranguejo do Sul do Estado, trabalhou juntamente com a ONG Água é Vida - Organização Não Governamental de Defesa do Meio Ambiente, na coleta de assinaturas e reuniões em todos os povoados existentes na região para fazer a apresentação do Projeto e a sensibilização dos pescadores e moradores da região para a criação da RESEX. Apesar dos esforços realizados pelas organizações não governamentais da área da APA, relatos dos moradores da região afirmaram que apesar da campanha a favor da criação da RESEX, houveram mobilizações contrárias ao processo, como cita Palomares, 2013:

Houve esvaziamento dos locais onde se deram as últimas reuniões, prova incontestável que houve uma mobilização contra, para desarticular a estratégia daqueles que de fato mobilizam a comunidade extrativista do Litoral Sul do Estado de Sergipe e tem como objetivos fundamentais a proteção dos povos que vivem na lama. Temos a clareza que somente um projeto como este irá resgatar estas famílias da pobreza iminente e de perspectivas até de serem expulsas de seus locais de origem. – Palomares, 2013.

A morosidade da análise do processo de criação da RESEX Litoral Sul de Sergipe, que se encontra no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), tem prejudicado as populações tradicionais que necessitam do acesso a áreas de mangue e restinga para a subsistência, que tradicionalmente têm no extrativismo de peixes, caranguejos, mariscos e frutas a sua principal atividade econômica. Essa postura não leva em consideração a importância ecológica da área e as populações que nela residem.

Para garantia de continuidade dos recursos naturais e das populações tradicionais, é necessária agilidade no processo de criação da RESEX e atenção por parte do governo que é responsável pela Área de Proteção Ambiental e das populações tradicionais, pois as atividades extrativistas no local estão a cada dia mais ameaçadas por agressões ao meio ambiente, por causa da especulação imobiliária, construções de grandes empreendimentos, desmatamento da vegetação nativa para criação de pastos e (Figura 4.4.1 e 4.4.2) produção de monoculturas.



Figura 4.4.1 - Placa de indicação da APA com o seguinte dizer “*Proibido: caçar, pescar e derrubar árvores*”.
Fonte: ONG Água é Vida, 2014.



Figura 4.4.2 - Paisagem da área da APA na qual é proibido caçar, pescar e derrubar árvores. Fonte: ONG Água é Vida, 2014.

Um dos grandes impactos que vem agravando a situação da APA é a prática de extração de areia dos rios da região, que é realizada por empresas do setor de construção civil, essa prática vem causando a remoção da mata ciliar dos rios locais para a instalação de estruturas para dragagem de areia; (Figura 4.4.3).



Figura 4.4.3 - Extrações de areia, assoreamento do leito do Rio Fundo, município de Itaporanga D'Ajuda.
Fonte: ONG Água é Vida, 2014.

A vegetação ciliar tem sido suprimida, causando o assoreamento dos rios e a degradação dos recursos naturais, afugentando animais da região, e ameaça diretamente a população que depende diretamente dos recursos naturais que tem desaparecido devido a degradação da vegetação nativa e assoreamento dos rios, além disso, a população tradicional é constantemente ameaçada por resistir, permanecendo no local dando continuidade a suas atividades diárias.

Outro contraponto da morosidade do processo de criação da RESEX é a possibilidade de implantação de Parques Aquícolas. O Ministério da Pesca e Aquicultura tem investido em estudos para demarcação de Parques Aquícolas, que segundo definição do MPA, 2015 são:

Parque aquícola é um espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura. Por sua vez, área aquícola é um espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos (sic) (MPA, 2015).

Os estudos para demarcação de Parques Aquícolas já alcançaram o estado de Sergipe e o MPA demarcou os municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Pacatuba, sendo o município de Santa Luzia do Itanhy pertencente a APA Litoral Sul de Sergipe. O sistema apresenta vantagens, como alega Luciene Mignami que durante a audiência pública no município de Estância, ocorrida no ano de 2014, destacou as vantagens da criação de ostra nos parques aquícolas. *“Não há necessidade do uso de fertilizantes, herbicidas ou pesticidas. O cultivo deste tipo de pescado também não demanda o aporte de ração nem o uso de antibióticos ou de outros medicamentos”*, explicou.

Entretanto a ocupação desordenada desses ambientes compromete a sustentabilidade dos próprios sistemas e a qualidade das águas, no contexto de reservatórios, esse padrão de ocupação pode afetar os demais usuários dos recursos hídricos e resultar em sérios problemas para a própria aquicultura. Ou seja, a implantação de parques aquícolas de forma inadequada pode originar não apenas problemas de ordem técnica, mas também problemas econômicos e conflitos sociais.

A potencialização dos conflitos socioambientais que podem ser gerados com a implantação dos parques aquícolas, se dá através do processo de obtenção dessas áreas. Qualquer pessoa interessada pode solicitar a autorização de uso de um espaço da União em ambiente aquático para instalação de um empreendimento aquícola. Para isso, é necessário abrir um processo que tramitará por vários órgãos, como a Agência Nacional de Águas (ANA), o IBAMA, dentre outros. Na primeira etapa do processo o interessado deve contar com o apoio de um profissional especializado em aquicultura para desenvolver o projeto, seguindo todas as recomendações preconizadas pelo Decreto N° 4.895, de 25 de novembro de 2003, e pela Instrução Normativa Interministerial (INI) N° 06/2004.

Com isso, esse modelo apresenta um elevado custo financeiro e impõe uma série de limitações para pequenos empreendedores, empreendedores sociais ou àqueles que não possuem recursos financeiros para arcar com os custos do processo, ou seja, atinge de maneira

direta a população tradicional da APA Litoral Sul de Sergipe, restringindo ainda mais seu território, caso seja concedido a implantação dos Parques Aquícolas.

É preciso levar em conta as dificuldades que serão enfrentadas pela população tradicional. Com a possibilidade da implantação de parques aquícolas os gestores da área, antes não favoráveis de forma evidente a criação da RESEX, hoje anseiam por sua efetivação, pois, nas áreas que são estabelecidas como Reservas Extrativistas, a população tradicional que historicamente desenvolvem atividades extrativistas nesses territórios são quem possuem o direito de continuar nelas, exercendo suas práticas extrativistas, sendo que passam a ter o poder de fiscalização sobre suas áreas, contra a apropriação de proprietários advindos de fora para aquisição dos parques aquícolas. Diante dessa nova possibilidade população tradicional e gestores lutam pela criação da RESEX do Litoral sul de Sergipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Sergipe é palco de diversos conflitos socioambientais, e a instalação de empreendimentos, apropriação de terras por latifundiários, e o turismo que é realizado de forma desordenada nessa área não leva em consideração as situações práticas de vida da comunidade, as tradições locais e a utilização tradicional dos recursos naturais nos ambientes em que as populações estão inseridas. A área apresenta dessa forma uma gestão fragilizada, que não atende as necessidades de proteção da população tradicional e da biodiversidade, necessitando, portanto, de ações que visem o manejo adequado da área e uma fiscalização efetiva, para a preservação dos recursos naturais e melhoria de vida da população que depende diretamente dessa área. Fica evidente que a criação da RESEX do Litoral Sul do Estado de Sergipe é vista pela população tradicional como única forma de preservação dos recursos naturais e a garantia de continuidade de uso de seus territórios para sua sobrevivência.

A Reserva Extrativista é uma alternativa que consegue aliar a preservação dos recursos naturais e conseqüentemente o aumento da biodiversidade com a melhoria de vida das populações tradicionais, afastando essas populações da marginalização e preservando seus aspectos socioculturais, pois a ocupação irregular das áreas da APA do Litoral Sul de Sergipe, como tem acontecido, não limita somente a geração de renda dessas famílias que muitas vezes vivem exclusivamente das atividades extrativistas. Mas retira delas toda a identidade construída ao longo de suas vidas, tirando suas histórias, saberes e fazeres, fazendo dessa forma que suas singularidades desapareçam.

A criação da RESEX traz a necessidade de preservar as identidades e valores culturais e a relação que a população possui com a terra, dando suporte a biodiversidade, a melhoria da capacidade de recuperação dos recursos e dinâmica dos ecossistemas. As populações que habitam essas áreas, onde o modo de vida é ligado diretamente a importância da preservação dos recursos naturais, é quem geralmente possuem condições de manter a base dos recursos naturais como herança de um patrimônio histórico-cultural.

Foi possível perceber ao longo da pesquisa, que o funcionamento da APA Litoral Sul de Sergipe não tem sido efetivo no que diz respeito à proteção dos recursos naturais da área. A indiferença dos governantes, latifundiários e grandes empresários em não conservar os

recursos naturais é notável, não comportando que progresso e meio ambiente andem em conjunto. São visíveis o despreparo e a falta de consciência de parte da população, apesar dos intensos trabalhos de conscientização e sensibilização realizados por ONGs e órgãos responsáveis. Há, sobretudo, as dificuldades em envolver os políticos na luta em prol da conservação dos recursos naturais localizados na APA Litoral Sul de Sergipe. É um histórico que se repete, envolvendo conflitos e até mesmo ameaças à vida daqueles que lutam para preservar os recursos naturais da área.

Devido a esse fato o objetivo principal da pesquisa foi analisar as especificidades dos conflitos socioambientais na criação dessa nova proposta, buscando compreender a relação e o posicionamento dos atores sociais envolvidos nos conflitos relacionados ao processo de criação da RESEX do Litoral Sul e de negociação da mudança de categoria uma vez que hoje essa mesma área é classificada como Área de Proteção Ambiental.

A importância das Reservas Extrativistas está não somente em seu caráter produtivo e conservacionista, simultaneamente, voltado para as singularidades socioambientais da APA Litoral Sul de Sergipe, mas o sentido alternativo e propositivo de que se reveste no contexto das lutas das populações tradicionais. Ao que se refere a um novo paradigma de desenvolvimento sustentável centrado nas singularidades socioambientais, as Reservas Extrativistas colocam como desafio a necessidade da existência da harmonia entre desenvolvimento, conservação dos recursos naturais e a igualdade social, particularmente se for levado em consideração que tais dimensões sempre se apresentaram opostas e excludentes.

A criação das Reservas Extrativistas, originalmente, se fundamenta na hipótese de que a grande lição que as populações tradicionais oferecem historicamente é o manejo adequado da natureza para a produção e recriação dos recursos naturais, em sua diversidade e múltiplas dimensões.

Entretanto, as populações tradicionais têm sido discriminadas por suas singularidades socioculturais e impedidas de reproduzir seus modos de vida, tanto por suas práticas extrativistas que se expandem, quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente. Acabam desenvolvendo, segundo Arruda, 1997, uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo e passando a desenvolver práticas predatórias do meio ambiente como único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência.

Com isso, a política ambiental atual, ao ignorar o conhecimento tradicional que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, possivelmente, tem desprezado um dos caminhos mais adequados para alcançar os objetivos a que se propõe. Esse caminho é o da inclusão da perspectiva das populações tradicionais no conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de suas identidades, na valorização de seus saberes, contribuindo na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção do planejamento do desenvolvimento sustentável da área.

A criação da Reserva é sem dúvidas uma saída à destruição dos ecossistemas que ocorre de forma cada vez mais intensa atualmente. A preservação da biodiversidade, além da importância ecológica e de favorecer os seres vivos em geral, deve garantir uma melhoria na qualidade de vida da população que reside na APA Litoral Sul de Sergipe, por trazer benefícios como a estabilidade de seus territórios e a manutenção dos recursos naturais.

Definir instrumentos direcionados à diminuição das desigualdades sociais conciliando-os ao conhecimento que as populações tradicionais possuem sobre seus territórios é fundamental para que políticas públicas voltadas a realizar um desenvolvimento imparcial tenham sucesso. A criação das Reservas Extrativistas, desde que reivindicadas legitimamente podem ser meios eficazes para delinear as formas culturais tradicionais das populações tradicionais a conservação dos recursos naturais.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa é evidente que ainda há muito a fazer para que os problemas socioambientais da área em estudo sejam solucionados. Essas áreas possuem o objetivo, além de tudo, de materializar o desenvolvimento das populações tradicionais, conciliando os interesses ecológicos, com os interesses sociais de melhoria de vida dessas populações. Dessa maneira, conter o êxodo das pessoas que vivem nas regiões costeiras para as cidades, pois, estão sendo suprimidas de seus territórios pelo crescimento desenfreado da especulação imobiliária, do setor industrial, turístico e outras atividades econômicas, como a construção de resorts e a implantação de carcinicultura, na Área de Preservação Permanente do Litoral Sul de Sergipe.

A realidade da região requer ações governamentais em parceria com lideranças locais, representantes de colônias, associações, ONGs, e Prefeituras Municipais, visando coibir as atividades que tem causado impacto ao meio ambiente e a exclusão das populações tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Cidadania e Meio ambiente**. In: Meio Ambiente e Cidadania. Rio De Janeiro. Instituto Brasileiro De Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 1992. _____. (Org.) **Conflitos Ambientais No Brasil**. Rio De Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALLEGRETTI, M. **Reserva Extrativista: uma alternativa para conciliar desenvolvimento e conservação ambiental na Amazônia**, in ANDERSON, Anthony (ed). **Alternativa ao Desmatamento: rumo ao Uso Sustentável da Floresta Amazônica**. Nova York, Columbia University Press, 1990.

ALMEIDA, A.W.B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol.6, nº 1. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), maio de 2004. p. 9-32.

ALMEIDA, M. CUNHA, M. C. **Populações tradicionais e conservação**. In: Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.

ALMEIDA, M. **Reserva Extrativista do Alto Juruá: Levantamento Sócio-econômico**. Brasília, Banco Mundial e IBAMA/CNPT, 1994, 60 p.

ARCIERI, 2007 - Arquivo ONG ÁGUA É VIDA, Estância/SE, 2007.

ARRUDA, R.S.V. **Mitos Rikbaktsa: História, Sociedade e Natureza**. Margem, São Paulo. Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996, p. 31- 59.

BALÉE, W. **Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany- the historical ecology of plant utilization by na Amazonian People**. Columbia Univ.Press, New York. 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1979, pág. 42.

BATTESINI, M.D. **Coletânea bibliográfica acadêmica das unidades de conservação em Sergipe**. Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: SE, junho, 2010.

BENATTI, J.H. **A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposseamento de Populações Tradicionais Um Problema Agrário ou Ambiental?** Novos Cadernos NAEA, v.1, n 2 Belém: NAEA/UFPA, 1998.

BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, Revista do Curso de Direito da FSG. 1976, p.230.

BRASIL, DECRETO Nº 4.895, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003. **Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de**

aquicultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4895.htm acessado em: dez 2014.

BRASIL, LEI FEDERAL 6.902, promulgada em 27 de abril de 1981. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm . Acessado em: dez 2014.

BRASIL, LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro:** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acessado em: dez 2014.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: dez 2014.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 010/1988 – “**Dispõe sobre a regulamentação das APAs**” – Data da legislação: 14/12/1988 – Publicação DOU, de 11/08/1989, págs. 13660-13661.

CAMPOS, J. B. TOSSULINO, M. G. P. MÜLLER, C. R. C. **Unidades de Conservação: Ações para valorização da biodiversidade.** Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006. 348p.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Branco: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida.** Rio de Janeiro/RJ: José Olympio, 1964. 239 p.

CARTA de Curitiba. In: Seminário planejamento e gestão do processo de criação de reservas extrativistas na Amazônia, 1998, Curitiba: IEA, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade – A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Editora São Paulo: Paz e Terra, v.2 2001.

CELLARD, A. **A Análise documental.** In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. BOLETIM SEMANAL DA CNBB. Disponível: http://www.cnbb.org.br/home-1/calendario-planejamento/cat_view/229-boletim-noticia/412-boletim-noticia-2012. Acessado em dez 2012.

CNUC/MMA – **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/Ministério do Meio Ambiente** – Disponível em: www.mma.gov.br/cadastro_uc. Atualizada em: 30/08/2013.

CORONEL, L. publicitário, escritor e poeta brasileiro, em "**O pescador**". Do livro "O mar". Editora Gazeta/Mecenas, 1997. p. 105.

CORRÊA, R. L. **Território e corporação: um exemplo.** In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). Território: Globalização e Fragmentação. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

CORREIO DE SERGIPE, Municípios, ICMbio – **Ministério Público Federal quer rapidez na análise da criação da Reserva Extrativista.** Disponível no site: <http://racismoambiental.net.br/2014/07/17/mpfse-quer-rapidez-na-analise-da-criacao-da-reserva-extrativista-do-litoral-sul/2014>.

COSTA, R.H. da. **Latifúndio e Identidade Regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUNHA, M.C. da. **Cultura com Aspas e Outros Ensaio.** São Paulo. Cosac Naify, 2009.

D.O.U. - **Diário Oficial da União, Lei nº 1.560**, de 5 de abril de 2005. Publicado no Diário Oficial nº 1.896.

D.O.U. - **Diário Oficial da União.** 182, Seção I, pág. 104, DE 20/09/2007 DO ICMBI.

DIEGUES, A.C. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais.** In: Serrano, C. M. T. I Bruhns, M. T. Viagens a natureza (turismo, cultura e ambiente). Campinas, Papirus, 1997. p. 85 – 102.

DIEGUES, A.C. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas.** In: _____. Ecologia humana e planejamento costeiro. 2.ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001. p.39-57.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação** (Org.). São Paulo: Hucitec, 2000. p. 42.

DIEGUES, A.C. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais.** In: VIEIRA, P. F. & WEBER, J. (orgs.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

FÉLIX, L. O. **História e Memória: a problemática da pesquisa.** Loiva Otero Feliz. Passo Fundo Edinapj, 1998.

FERREIRA, S.L. **A Criação das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e a Participação das Comunidades Locais para o Sucesso da Sustentabilidade.** Departamento de Ciências Florestais da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais – Brasil, 2007.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** Cambridge: Polity Press, 1990.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades.** Revista de administração, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995

GOMES L.J. OLIVEIRA, I.S.S. COSTA, C.C. MAROTI, O.S. **Percepção ambiental como estratégia de planejamento e gestão em unidades de conservação.** Em Aguiar Netto AdeO, Gomes LJ (Orgs.) Meio Ambiente: Distintos Olhares. UFS. São Cristóvão, Brasil. 2010, p. 121-159.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.323.

GUTIÉRREZ, 1993 - GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. Educação comunitária e Economia popular.** Cortez Editora, São Paulo, 1993, p. 23-33.

IBASE –Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Economicas. **Gestão participativa em unidades de conservação.** Programa Petrobras Ambiental: Rio de Janeiro, jul 2006. Disponível em www.ibase.br. Acessado em dez de 2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL (INI) Nº 06/2004, 31 de maio de 2004. **Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e dá outras providências.** MMA/ANA/IBAMA/MARINHA: Brasília, 2004.

JACOBI, C. M. FLEURY, L. C. ROCHA, A. C. C. L. 2003. **Percepção ambiental em unidades de conservação: experiência com diferentes grupos etários no Parque Estadual da Serra do Rola Moça, MG.**

LAGOS, A.R. MULLER, B. L. A. **Hotspot Brasileiro: Mata Atlântica. Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.** Saúde e Ambiente em revista, Duque de Caxias, v.2, n.2, p.35-45, julho-dezembro, 2007.

LEME-MACHADO, P.A. **Direito Ambiental Brasileiro.** 7.ed.ver, atual. E ampl. São Paulo: Editora Malheiros, 1999.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura: direito ao meio ambiente e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais.** 2007. 358 p. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, p. 149.

LÉVEQUÊ, C., 1997. **Biodiversity and Conservation: The Freshwater Fish of Tropical Africa.** Cambridge University Press, 432 pp.

LIMA, E. M. DE; PAIVA, C. T. de. IN: Anais do IX Congresso de Iniciação Científica do IFPE de 10 a 12 de setembro de 2014, Caruaru / Organizado por PROPEQS – IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Caruaru, 2014

LITTLE, P.E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política.** In: A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. BURSZTYN, Marcel (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122. p. 107.

LOUREIRO, Kátia Silva. **A Arquitetura Sergipana do Açúcar.** Aracaju: 1999.

MACHADO, P. A. L. **Desafios do Direito Ambiental no Século XXI.** São Paulo: Malheiros, 2005. Cap. 7, pág. 165/179 e Cap.20, pág. 426/454.

MACHADO, R. B.; AGUIAR, L.M.S.; RAMOS NETO, M.B.; RODRIGUES, F.H.G.; HASS, A.; AQUINO, F.G. **Atlas de Conservação da Natureza Brasileira: Unidades Federais.** Ed. Metalivros. São Paulo, 2004.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. **A proteção da natureza no Brasil: Evolução e conflitos de um modelo em construção.** In Revista de Desenvolvimento Econômico. Nº 09, Salvador: Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2. / Universidade Salvador, 2004.

MINAYO, M.C. de SOUZA. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTA, D. M. *et al.* **Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe.** 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F.; SCHMITZ, H. **Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 43, Ribeirão Preto, 2005, Anais, Brasília: SOBER, 2005.

MPA- SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS, DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS. **Roteiro para a Criação de Unidades de Conservação Ambiental.** Brasília, 2010.

OLIVEIRA, E. R. **Populações Humanas na Estação Ecológica de Juréia- Itatins.** NUPAUB-USP. Série documentos e relatórios de pesquisa: nº 10. São Paulo.1993.

OLIVEIRA, I. S. S.; COSTA OLIVEIRA, D.; GOMES, L. J.; FERREIRA, R. A. **Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe.** Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, núm. 2, 2008, p. 46-55.

OMENE, M. L. R. A; SANTOS, E. B. **Análise da efetividade da Avaliação de Impactos Ambientais – AIA – da Rodovia SE 100/Sul-Sergipe.** In: _____. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR, v. 4, n. 1, p. 221-237, Taubaté, SP, Brasil. Janeiro-abril/2008.

PÁDUA, M. T. J. **Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais...Vol. I. Curitiba: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação. p. 214-236.1997.

PALOMARES, L.A. **Matéria publicada em 08 de outubro de 2004.** Disponível no site: <http://www.ongaguaevida.org.br/>. Acervo Ong Água é Vida.

PALOMARES, L.A. **Relatório Descritivo de Proposta para Realização de Abaixo Assinado.** In: _____. Documento de solicitação, encaminhado a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Estância-Sergipe, 22 de novembro de 2007.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, n. 22, p. 37-50, jul. /Dez. 2010.

PNUMA, 2009. **Perspectivas para o meio ambiente urbano.** Disponível em: http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/geo_beberibe.pdf. Acessado em: dez 2014.

PRICE, W. **Geotécnica - Fortalecimento Institucional do IBAMA - Cenários de Gestão Ambiental Brasileira** - relatório final. Brasília, IBAMA, 1992.

QUINTAS, J.S e Gualda, M.J. **A Formação do Educador para Atuar no Processo de Gestão Ambiental**. Brasília: Edições IBAMA, 1995 (Série Meio Ambiente em Debate 1)

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª Ed.UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

RAMALHO. **Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 8 - 27

RAMOS, A. CAPOBIANCO, J. P. (orgs). **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (Snuc)**. Resultado do seminário interno com convidados realizado nos dias 25 e 26 de abril de 1996. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 177-198. Documentos do ISA nº 1.

RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Brazilian Protected Areas. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 612-618. 2005a. in: _____. **Unidades de Conservação Brasileiras. Megadiversidade**, v.1, n.1, p, 27-35, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond 2004.

SAMPAIO, A.L. **Conflito Socioambiental no Meio Rural de Minas Gerais: o licenciamento de assentamentos, o Projeto de Assentamento Chico Mendes II e a Reserva Biológica da Mata Escura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007.

SANTOS, M. *et. al.* **Territórios, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, M. **Território e Dinheiro**. In: Programa de pós-graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p 10 - 38.

SANTOS, P.P. VILAR, J. W. C. **Território e Conflitos Ambientais do Turismo de Segunda Residência na APA Litoral Sul (SE)**. In: *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 7, n. 2, p.44-70, ago. 2013.

SANTOS, C. N. C. dos. VILAR, J. W. C. **O litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial**. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-1138, 2012.

SEMARH, 2010 – **Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos**. <WWW.semarh.se.gov.br>, acesso em: 13 de abril de 2012. SILVA, Wanderley Sérgio da. **Unidades de Conservação Ambiental e Áreas correlatas no Estado de São Paulo**. São Paulo: Publicações IPT, 1992.

SERGIPE. Decreto nº 13.468 de janeiro de 1993. **Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe**. Aracaju, 1995.

SILVA, M. do S. F.; MELO e SOUZA, R. **Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais**. Terra Plural, V.3, n.2, p-241-259, jul/dez. 2009.

SILVA, M. S. F. SOUZA, R. M. **Áreas de Proteção Ambiental em Sergipe: perspectivas e desafios face aos conflitos territoriais decorrentes do uso dos recursos naturais**. XVI Encontro Nacional de Geografia. Porto Alegre, 2010.

SILVA, M. S. F. SOUZA, R. M. **Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe**. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-1138, 2012.

SILVA, W. S. da. **Unidades de conservação do ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo**. São Paulo: Publicações IPT, 1992.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC – DEFINIDO PELA LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. 5 eds. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.56p.

SNUC - **Sistema Nacional de Unidades de Conservação: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**.

SOBRINHO, A. J. M. dos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850/1930**: Aracaju, Funcaju-2000.

SOUSA, W. L. **Impacto Ambiental de Hidrelétricas: Uma Análise Comparativa de Duas Abordagens**. Dissertação (Mestrado em Ciências). COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

TOLEDO, V.M. **Conhecimento Indígena em solos: Uma Conceituação ecológica Etno**. In: BARRERA-BASSOS, N.; ZINCK, J.A Etno. Ecologia numa perspectiva mundial: Bibliografia comentada. Os povos indígenas e da biodiversidade. Enciclopédia da Biodiversidade, v. 3. Academic Press, p. 451-463, 2001.

VALLEJO, L. R. **Unidades de Conservação: Uma Discussão Teórica à Luz dos Conceitos de Território e de Políticas Públicas**. GEOgraphia (UFF), Rio de Janeiro, v. 4. Nº 8, p. 77-106, 2003.

VASCONCELLOS, M. V. MENDONÇA, F. A. S. de. **Políticas públicas e sua importância para o desenvolvimento**.

Disponível: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/mariana_vannucci_vasconcellos.pdf. Visitado em: 05/03/2015.

VIEIRA, I.J.A. **Lago Grande de Monte Alegre: por uma administração de recursos pesqueiros em águas interiores da Amazônia.** IBAMA/Superint. do Estado do Pará, Belém, 1989: 17

VILAR, J. W. ARAÚJO, H. M. de (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano.** São Cristóvão: EdUFS, 2010.

VILAR, J.W. SANTOS, C.N.C. **O Litoral Sul de Sergipe: Contribuição ao Planejamento Ambiental e Territorial.** In: _____. REVISTA GEONORTE, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-1138, 2012.

ZHOURI A. ZUCARELLI, M. C. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais** - Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília-DF, 2008.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM REPRESENTANTES INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

(IBAMA, ICMbio, SEMARH, e ADEMA)

1. Órgão responsável pela análise da proposta de criação da RESEX?
2. Quando foi dada entrada ao primeiro documento de solicitação da criação da RESEX?
3. Quais foram os responsáveis pelo encaminhamento dos documentos que deram iniciativa a proposta de criação da RESEX?
4. Quais foram os argumentos apontados como justificativa na proposta de criação da RESEX em substituição da categoria APA?
5. Do ponto de vista do órgão ambiental do qual faz parte: Quais são os principais entraves para a criação da RESEX?
6. Como se encontra atualmente o processo?
7. De que forma se encontra a gestão do Litoral Sul De Sergipe?
8. Como você vê a solicitação de criação da RESEX, já que a APA é de âmbito estadual e a RESEX de âmbito Federal?
9. De que forma beneficiaria a população tradicional?

ANEXO B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

(COLÔNIA DE PESCADORES Z4, ONG ÁGUA É VIDA, e ASSOCIAÇÃO DAS
CATADORAS DE MANGABA)

1. Quais foram os responsáveis pelo encaminhamento dos documentos que deram iniciativa a proposta de criação da RESEX?
2. Quais foram os argumentos apontados como justificativa na proposta de criação da RESEX em substituição da categoria APA?
3. Como surgiu a ideia de criação da RESEX?
4. Quais foram os primeiros defensores dessa proposta?
5. Na sua opinião, por que essa proposta contribuirá de melhor forma para a preservação da área em questão?

ANEXO C

Questionário

Nome:

Idade:

Profissão/Ocupação:

Município:

1. Há quanto tempo mora no local?
2. Qual atividade exerce na comunidade?
3. Exerce alguma atividade extrativista? Qual?
4. Há quanto tempo exerce essa atividade?
5. Qual o destino dado ao produto que é extraído/catado/cultivado?
() Comercializa
() Subsistência
() Comercializa/Subsistência
6. Qual a importância da criação da Reserva Extrativista?
7. A comunidade está preocupada com a criação da Reserva?
8. A criação gera conflitos? Quais?
9. Há reuniões para discutir os problemas ambientais que vem surgindo na comunidade?

ANEXO D

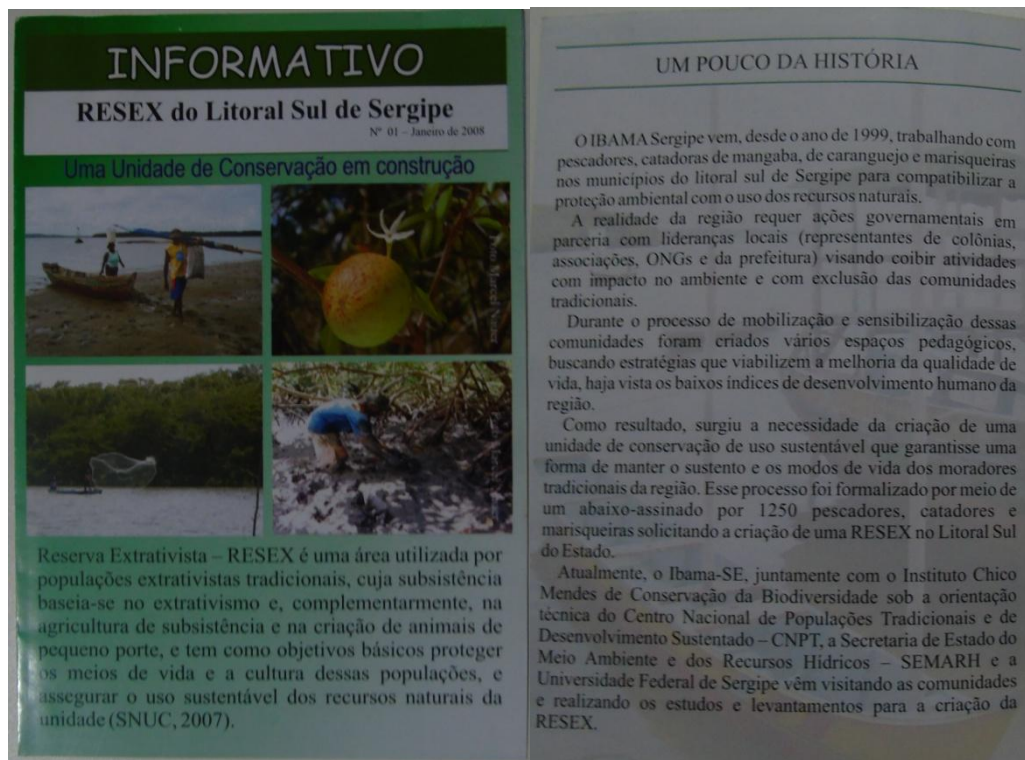
Lista de Entrevistados

Ana Maria Dantas Torres – Analista Ambiental do IBAMA;
Valdineide Santana – Superintendente da Biodiversidade da SEMARH;
Cristiane Barreto Andrade – SEMARH;
ADEMA – Responsável não encontrado;
Palomares – Presidente da Ong Água É Vida;
Maria Tereza – Catadora de Mangaba da Associação Das Catadoras De Mangaba;
Zé Moraes – Presidente da Colônia De Pescadores De Estancia;
Maria Lurdes – Marisqueira Colônia De Pescadores De Estancia;
José Antônio - Pescador Colônia De Pescadores De Santa Luzia Do Itanhy.

ANEXO E

Informativo

RESEX do Litoral Sul de Sergipe, informativo nº 01 – janeiro de 2008 – elaborado pelo ICMbio



CONTINUAÇÃO DO ANEXO E

COMUNIDADES BENEFICIADAS

- Indiaroba
Pontal
Convento
Saguim
Terra Caída

- Itaporanga D'ajuda

Pariporé
Lagoa Redonda
Rio Fundo

- Stª Luzia do Itanhy
Crasto
Cajazeira
Taboa de cima
Taboa de baixo
Rua da Palha
Pedra Furada
Bode
Pedra D'água

Imagem: Mapa adaptado do IBGE

-Estância
Porto do Mato
Farnaval
Curimã
Tibuço
Miranda
Ouricuri
Massadiço

Essas áreas estão sendo estabelecidas através de estudos técnicos e juntamente com as comunidades envolvidas.

DÚVIDAS FREQUENTES

- Quem irá gerenciar a RESEX?

O órgão responsável pela administração da Reserva é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e sua gestão será de forma participativa com o conselho deliberativo e as associações de usuários.

- O que é conselho deliberativo?

É um conselho gestor formado por representantes das entidades da sociedade civil, dos órgãos públicos, representantes de associações de pesca, catadores de mangaba, marisqueiras entre outros, conforme determina o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC.

- Por que a Reserva é importante para a comunidade?

- Protege os manguezais;
- Protege os meios de vida e cultura das populações tradicionais;
- Acaba com a especulação imobiliária na área da Reserva;
- Possibilita um desenvolvimento sustentável, ou seja, garante que os recursos naturais sejam preservados as gerações futuras;
- Impede a instalação de fazendas para cultivos de camarões (carcinicultura) e outros empreendimentos por pessoas que não são moradores da RESEX: os empreendimentos já instalados na RESEX deverão se adequar à legislação pertinente.

REUNIÕES DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A RESEX

Diversas oficinas e reuniões de sensibilização foram realizadas nas comunidades e sedes municipais das áreas em que possivelmente a RESEX será criada.

Nesses encontros, os moradores e lideranças locais puderam expor suas necessidades, enquanto que a equipe técnica envolvida no processo informou a comunidade sobre os procedimentos de criação, os benefícios e a importância da criação de uma Reserva Extrativista no Litoral Sul de Sergipe.

Os resultados de todas as oficinas demonstram a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável dessa região. Visto que, em seus depoimentos, os moradores informaram que está ocorrendo uma diminuição significativa dos recursos naturais disponíveis, tais como: peixes, camarão, caranguejo, siri e aratu.

Assim, a criação dessa Unidade de Conservação possibilitará o desenvolvimento econômico da população local aliado à preservação dos recursos naturais disponíveis na área da RESEX.

Fotos: Valteno Luz

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Marina Silva

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
João Paulo Ribeiro Capobianco

Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Populações Tradicionais - DIUSP
Paulo Henrique Borges de Oliveira Júnior

Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável - CNPT
Célia Pereira

Superintendência Estadual do IBAMA em Sergipe
Manoel Rezende Neto

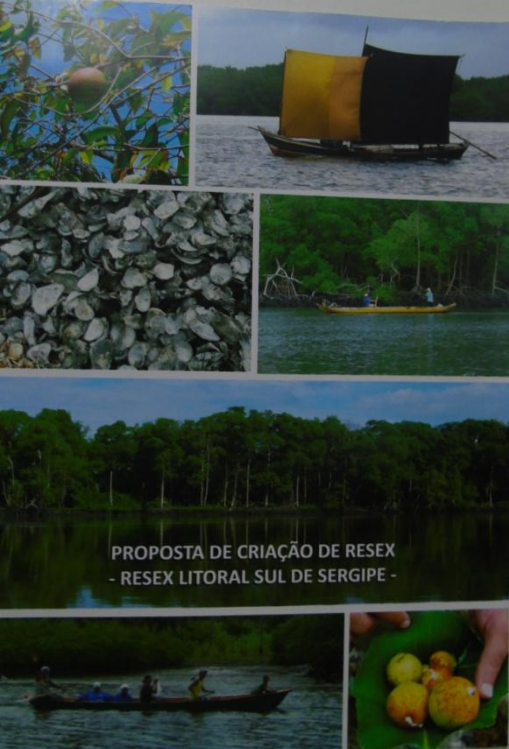
ELABORAÇÃO
Ana Maria Dantas Torres
José Ronaldo dos Santos
Maria Conceição Santos

CONTATO
Av. Coelho e Campos, nº. 521, Bairro: Centro – CEP 49.010-720
Aracaju – Sergipe
Telefone: 79 3211-1574, 32111575, Fax: 3211-0468

Realização

ANEXO F

Informativo sobre proposta de criação de RESEX – RESEX Litoral Sul de Sergipe – Elaborado pelo ICMBio



**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE RESEX
- RESEX LITORAL SUL DE SERGIPE -**

INFORMAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

Município	Local	Data	Hora
ESTÂNCIA- SE	Espaço de Eventos H2O, Rua Geraldo Bispo de Souza Bairro Alecrim	07/12/2011	08:30

O que é Consulta Pública e como é realizada?
A consulta pública é o processo no qual os órgãos do governo ouvem a opinião das populações e instituições envolvidas com a criação de uma unidade de conservação. Durante este processo, informações sobre a proposta de criação da unidade de conservação são apresentadas, de forma clara para que todos possam entender. Assim, todos podem dar sua opinião para ajudar a definir a melhor localização e os limites da unidade de conservação.

A consulta pública é realizada por meio de reuniões abertas ao público; reuniões setoriais; recebimento de manifestações através de cartas e do correio eletrônico (consultapublica@icmbio.gov.br).

O que é uma Unidade de Conservação (UC)?
É um território protegido por decreto do governo, com limites definidos, que possui características naturais importantes e objetivos de conservação. As unidades de conservação podem ser de dois grupos: de proteção integral ou de uso sustentável. O objetivo das UCs de proteção integral é preservar a natureza, enquanto o objetivo das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

O que é uma Reserva Extrativista - RESEX?
A RESEX é um tipo de UC de uso sustentável, utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. A RESEX tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Quais são as atividades extrativistas na região da proposta de RESEX?
São as atividades extrativistas de pesca artesanal (peixes, mariscos, crustáceos), assim como a cata de frutas nativas (mangaba, murici). Estas atividades são praticadas nas mesmas comunidades, e frequentemente as mesmas famílias as praticam de forma complementar, conforme o período do ano, considerando a época adequada de cada recurso natural.

INFORMAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESEX LITORAL SUL DE SERGIPE

A proposta de criação da RESEX fica localizada no sul do estado de Sergipe, nos municípios de Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhê e Itaporanga D'Ajuda. A área da proposta faz parte das bacias dos Rios Piauí, Real e Fundo, sendo constituída, fundamentalmente, de um conjunto de ecossistemas costeiros, tais como manguezais, apicuns, restingas, campos alagados, além de fragmentos de mata atlântica. Em Sergipe, este complexo estuarino compreende os maiores remanescentes de ecossistemas do bioma Mata Atlântica e representa um dos estuários mais ricos em termos de produção pesqueira no Estado. A região abriga ainda espécies ameaçadas de aves, assim como o também ameaçado Guigó-de-Sergipe.

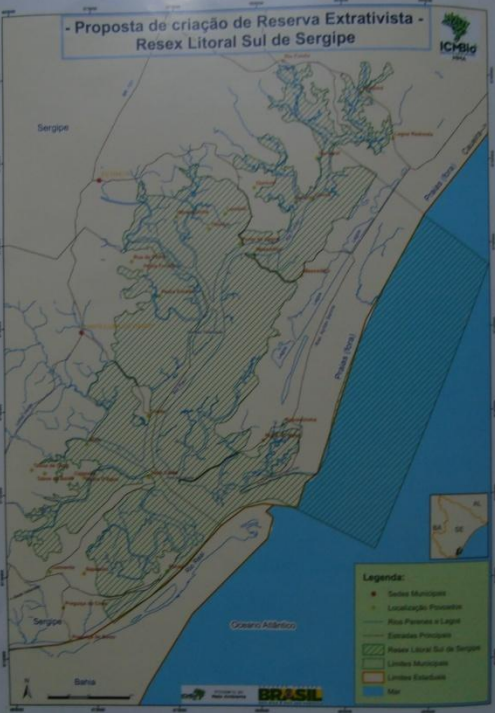
A conservação das belezas do estuário, propiciada com a criação da UC, vai permitir que os atrativos do estuário permaneçam, e desta forma a própria atividade turística possa manter-se e ser mais valorizada não somente nas áreas de praia.

Com a conservação da área, a própria atividade turística pode ser diversificada e valorizar mais os atrativos naturais, os roteiros de ecoturismo, o turismo de base comunitária e o turismo cultural.

A proposta de limites apresentada é, talvez, a única possibilidade para se conservar o conjunto de ecossistemas deste estuário e os demais atributos ambientais e culturais da região, colaborando decisivamente para a sobrevivência, desenvolvimento, e reconhecimento das comunidades tradicionais demandantes.

As principais ameaças à conservação da área são:

- Apropriação e ocupação desordenada, que provocam a expulsão da população local e a degradação dos recursos hídricos e dos ecossistemas do estuário;
- Especulação imobiliária nas regiões de restinga;
- Falta de gestão dos recursos pesqueiros, causando redução dos estoques e ameaça à própria atividade da pesca.



**- Proposta de criação de Reserva Extrativista -
Resex Litoral Sul de Sergipe**

ICMBio

Legenda:

- Sede Municipal
- Localização Proposta
- Rio Piauí e seus Afluentes
- Rio Real e seus Afluentes
- Rio Fundo e seus Afluentes
- Reserva Extrativista
- Limites Municipais
- Limites Estaduais
- Mar

CONTINUAÇÃO DO ANEXO F

- Proposta de criação de Reserva Extrativista - Resex Litoral Sul de Sergipe

ICMBio

INFORMAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

A proposta para criação de uma RESEX na região do sul do Estado de Sergipe, começou em 2005, a partir do pedido da Colônia de Pescadores de Estância em conjunto com a ONG Água é Vida. Já no início, a proposta foi apoiada por outras Colônias de Pescadores e Associações Comunitárias de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhê e Itaporanga D'Ajuda, além do Movimento das Catadoras de Mangaba.

A região é também área de desenvolvimento constante de projetos de pesquisa da Embrapa-Tabuleiros Costeiros e área de atuação do Peac – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras.

Entre 2005 e 2011, o Ibama e o ICMBio, contando com a parceria da Universidade Federal de Sergipe, Embrapa, INCRA, e SEMARH realizaram várias visitas locais, vistorias e reuniões comunitárias, bem como os estudos biológico e socioeconômico. Estes estudos, assim como mapas atualizados da proposta podem ser acessados no endereço eletrônico: <http://www.icmbio.gov.br/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao/lista-de-consultas-publicas>.

INFORMAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

PRINCIPAIS DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA RESEX

Quem irá gerir a RESEX?

A RESEX será gerida por um Conselho Deliberativo, constituído pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – e por representantes das populações tradicionais que utilizam a área, representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, de entidades de pesquisa, universidades, entre outros. A gestão tem como um de seus instrumentos de apoio o Plano de Manejo da RESEX.

Porque criar uma RESEX nesta região?

Porque a região sul de Sergipe tem o diferencial de reunir tanto populações tradicionais extrativistas de pescadores e catadoras de mangaba, quanto um conjunto de ecossistemas frágeis e importantes, além de espécies ameaçadas. A proposta de criação deste tipo de Unidade de Conservação é associada à necessidade de proteger territórios utilizados por populações tradicionais e de garantir o uso sustentável de recursos naturais presentes nesses territórios.

O que é o Plano de Manejo?

O Plano de Manejo é o documento técnico que abrange a área da RESEX e sua zona de amortecimento, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. É construído de forma participativa e fundamentado nos objetivos de criação da RESEX. No Plano de Manejo são estabelecidos as normas de uso da UC; como será feito o manejo dos recursos naturais e o seu zoneamento.

E quem tem propriedades na área da proposta?

As propriedades existentes na Resex que possuam titulação serão desapropriadas pelo Governo Federal através da Regularização Fundiária da Resex. As comunidades tradicionais extrativistas poderão permanecer em suas casas dando continuidade às suas atividades extrativistas.

E como é essa Regularização Fundiária?

O processo de desapropriação e indenização é normatizado pela Instrução Normativa nº 2, de 03 de setembro de 2009 do ICMBio. Desde que comprovada legalmente a titularidade de domínio, a indenização será calculada visando o preço global de mercado do imóvel e incluindo as benfeitorias nele inseridas.

INFORMAÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

Como fica o turismo dentro da RESEX?

Dentro da RESEX a atividade turística será permitida e incentivada, mas deverá ser regulamentada de forma participativa no Plano de Manejo junto ao Conselho Deliberativo. Assim as atividades praticadas dentro da RESEX devem promover o desenvolvimento com baixo impacto ambiental e de acordo com o interesse local.

Quais os benefícios trazidos por uma Reserva Extrativista nessa região?

- Preservação dos ecossistemas frágeis, atualmente sujeitos a fortes pressões de degradação;
- Manutenção e gestão da produtividade pesqueira, com valorização da pesca artesanal que gera renda para um número significativo de pessoas;
- Proteção das áreas de ocorrência natural e de extrativismo de frutos, principalmente a Mangaba, que além de ser utilizada para alimentação, é uma importante fonte de renda familiar e contribui para a economia dos municípios, através do beneficiamento em doces, biscoitos, polpas;
- Manutenção e valorização da cultura tradicional das comunidades litorâneas;
- Preservação dos recursos hídricos;
- Conservação das belezas do estuário, permitindo que os atrativos para o turismo no estuário permaneçam.

Este documento é submetido para a Consulta Pública
Fotos: Carla Gualtamele, Carla Lessa e Maria Carolina Camargos

ICMBio Ministério do Meio Ambiente BRASIL

ANEXOS G

Anexo I: Formulário de Cadastro de Pescadores – Dados Gerais.

Formulários aplicados durante as reuniões participativas do PLD e utilizado nessa pesquisa para elaboração e análise das tabelas.



AQUIPESCA SERGIPE



CENSO ESTRUTURAL DA AQUICULTURA E PESCA

Cadastro de Pescadores – Dados Gerais

DATA: _____ ENTREVISTADOR: _____

PONTO DE DESCARGA / LOCALIDADE: _____

Registro de Pescador: () Profissional () Amador () Esportivo

() Colônia () Associação () IBAMA () MAPA () SEAP/MPA () Capitania () Previdência

Artes de Pesca que utiliza: _____

Quais espécies: _____

NOME: _____ APELIDO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____

ENDEREÇO: () temporário () permanente

Endereço: _____

RESIDE NA LOCALIDADE ONDE TRABALHA: () sim () não

TEMPO NO LOCAL: _____

ANO DO NASCIMENTO: _____ ANO DE INÍCIO NA PESCA: _____

LOCAL DE NASCIMENTO: _____ ESTADO: _____

DOCUMENTOS:

R.G. nº: _____ CPF nº: _____

ESTADO CIVIL:

() Solteiro () Casado () Viúvo () Amasiado () Separado

ESCOLARIDADE: _____

Nº. de pessoas que moram na residência: _____

Nº. de pessoas da residência que tem renda (inclusive o entrevistado): _____

HABITAÇÃO:

() própria () alugada () emprestada () parente

SANEAMENTO:

- Água: () tratada () poço () cisterna () cachoeira
- E. Elétrica: () convencional () solar () gerador () sem
- Esgoto: () rede de coleta () fossa () sem
- Lixo: () rede de coleta () seletiva () sem

ANEXOS G



AQUIPESCA SERGIPE



RENDA MENSAL MÉDIA COM A ATIVIDADE PESQUEIRA (salário mínimo nacional):

() < 1 salário () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () 3 a 5 salários

() > 5 salários: Valor Aproximado - R\$ _____

Qual percentagem que a pesca contribui com a renda do pescador? _____ %

ATIVIDADES PARALELAS (Porcentagem (%) de contribuição na renda mensal):

() % prestação de serviços gerais () % construção civil () % comércio

() % Funcionário Público () % caseiro () % piloteiro

() % outros: _____

Existe alguma época do ano que não pratica a pesca? () sim () não

Qual? _____

Porque? _____

BENEFÍCIOS – Tem acesso a:

Seguro-defeso () sim () não Qual? _____

PRONAF () sim () não

Subsidio do diesel () sim () não

Outros () sim () não Qual? _____

FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO:

() individual () intermediário () cooperativismo

PONTOS DE ESCOAMENTO:

() indústria: _____

() peixaria: _____

() intermediário: _____

() turista: _____

() consumo: _____

PROBLEMAS: _____

ANSEIOS: _____

ANEXOS G

Anexo II: Formulário de Cadastro de Embarcações



AQUIPESCA SERGIPE



CENSO ESTRUTURAL DA AQUICULTURA E PESCA

Cadastro de Embarcação

Data: _____ Entrevistador: _____

Embarcação: () própria () alugada () emprestada () sociedade () outro

Tipo da Embarcação: () canoa () bote/bateira () barco () voadeira () outros

Embarcação: () pesca profissional () pesca esportiva/amadora () turismo

() transporte () passeio Outra atividade: _____

Descrição Geral da Embarcação: _____

Nome da Embarcação: _____ Nome anterior: _____

Pescador Entrevistado: _____ Apelido: _____

Ponto de Descarga (+ frequente): _____

Nome do Proprietário no Documento: () o mesmo () outro: _____

Município: _____ Porto registro: _____

Inscrição capitania () Licença de pesca RGP MPA ()

Comprimento: _____ Ano construção: _____

Cabine: () popa () proa () centro () não possui

Lotação: _____ TAB: _____ Material casco: _____

Tipo de Propulsão: () motor () remo () vela

Marca motor: _____ Nº cilindros: _____ Potência: _____

Tipo de armazenagem: _____ Capacidade de armazenagem: _____

() convés () monobloco () isopor () porão com gelo

() câmara fria () salmoura

Local de pesca: () marinho () estuário () fluvial () Represa/Açude

Equipamentos: () rádio () ecossonda () sonar () GPS () bússola () PREPS

Arte de Pesca: _____

Quais espécies de pescado: _____

ANEXOS G

Anexo III: Formulário de Caracterização do Município



AQUIPESCA SERGIPE



CENSO ESTRUTURAL DA AQUICULTURA E PESCA

Caracterização do Município

Localização _____ Data _____

Município: _____ Estado: _____

População estimada: _____ Área (km²): _____

Nº de Localidades de pesca: _____

Nº de Localidades de aquicultura: _____

Apoio institucional à pesca e aquicultura

Prefeitura municipal dispõe de órgão de apoio à pesca:

☐ Secretaria ☐ Diretoria ☐ Departamento Municipal

Nome: _____

Comissão de Vereadores: ☐ Sim ☐ Não

Vereadores representantes do setor pesqueiro/aquícola: ☐ Sim ☐ Não – Nº _____

Conselho de Pesca e/ou Agricultura: ☐ Sim ☐ Não

Nome: _____

Colônia de Pescadores: ☐ Sim ☐ Não

Nome: _____

Capatazia: ☐ Sim ☐ Não – Localização: _____

Sindicatos (Pesca/Pescadores): ☐ Sim ☐ Não

Qual: _____

Associações: ☐ Sim ☐ Não

Nome/Localização: _____

Cooperativas: ☐ Sim ☐ Não

Nome/Localização: _____

Outras Observações: _____

ANEXOS G

Anexo IV: Formulário de Caracterização das Localidades



AQUIPESCA SERGIPE



CENSO ESTRUTURAL DA AQUICULTURA E PESCA

Caracterização das Localidades

Localização

Localidade: _____ Data: _____

Município: _____ População: _____

Infra-estrutura de apoio à comunidade

- Energia elétrica: ☐ Gerador ☐ Solar ☐ Convencional ☐ Não Possui
- ☐ Água Encanada ☐ Saneamento Básico ☐ Linha de Ônibus ☐ Calçamento/Asfalto
- ☐ Iluminação Pública ☐ Posto Policial ☐ Posto de Saúde ☐ Hospital/Maternidade
- ☐ Farmácias ☐ Posto Telefônico ☐ Correios ☐ Bancos ☐ Casa Lotérica
- Escolas: ☐ Alfabetização ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio
- ☐ Hotéis/Pousadas ☐ Bares/Restaurantes ☐ Supermercados/Mercearias
- ☐ Posto de Combustível ☐ Centro Comunitário ☐ Igrejas
- ☐ Outros: _____

Infra-estrutura de apoio à atividade pesqueira

Número de pontos de desembarque na localidade: _____

- ☐ Trapiche/Atracadouro/Pier N° _____ ☐ Barracão / Galpão N° _____
- ☐ Salgas / Salgadeiras N° _____ ☐ Revenda de Material de Pesca N° _____
- ☐ Outros tipos / Quais? _____ N° _____

Empresas de Pesca: ☐ Matriz N° _____ ☐ Filial N° _____

Nome das empresas: _____

Comércio: ☐ Barracas ☐ Peixarias ☐ Mercado Municipal ☐ Entrepasto

Confecção de petrechos de pesca: ☐ no local ☐ no município ☐ outro município

Quais? _____

Nomes: _____

Posto de Combustível (p/ Pesca) – n°: _____ Localização: _____

Manutenção de embarcações: ☐ Estaleiro ☐ Carpintaria ☐ Revenda de Peças

Local para guarda de material de pesca: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Local para guarda de embarcação: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Local para comercialização dos pescados: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Infra-estrutura de frio

ANEXOS G



AQUIPESCA SERGIPE



Estocagem de pescado: <input type="checkbox"/> Prod. Resfriado	Nº.: _____	Capacidade (t) _____
Estocagem de pescado: <input type="checkbox"/> Prod. Congelado	Nº.: _____	Capacidade (t) _____
Freezers – Tipo: _____	Nº.: _____	Capacidade (t) _____
Outra – Tipo: _____	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____
Túneis de congelamento: <input type="checkbox"/> Ar Forçado	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____
<input type="checkbox"/> Armário	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____
Fábrica de gelo: <input type="checkbox"/> Escama	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____
<input type="checkbox"/> Barra	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____
Estocagem de gelo: <input type="checkbox"/> Câmara	Nº.: _____	Capacidade (t) _____
<input type="checkbox"/> Silo	Nº.: _____	Capacidade (t) _____
Salão de beneficiamento de pescados	Nº.: _____	Capacidade (t/dia) _____

Destino da produção

Peixes: ☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

Camarão: ☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

Moluscos: ☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

Isca: ☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

Venda da Produção

Peixes: indústria: _____% peixarias: _____% intermediários: _____% turismo: _____%

Camarão: indústria: _____% peixarias: _____% intermediários: _____% turismo: _____%

Moluscos: indústria: _____% peixarias: _____% intermediários: _____% turismo: _____%

Isca: indústria: _____% peixarias: _____% intermediários: _____% turismo: _____%

Formas de Comercialização do Pescado

Peixes: ☐ in natura ☐ eviscerado ☐ filetado ☐ congelado ☐ salgado ☐ outros

Camarão: ☐ in natura ☐ descabeçado ☐ limpo ☐ congelado ☐ outros

Moluscos: ☐ in natura ☐ desmariscado ☐ eviscerado ☐ congelado ☐ outros

Isca: ☐ peça ☐ viva ☐ morta

Associativismo na localidade

☐ Associação – Qual? _____

☐ Colônia – Qual? _____

☐ Sindicato – Qual? _____

ANEXOS G

Anexo V: Formulário de Caracterização dos Pontos de Descarga



AQUIPESCA SERGIPE



CENSO ESTRUTURAL DA AQUICULTURA E PESCA Caracterização dos Pontos de Descarga

Localização

Ponto de Descarga: _____ Data: _____
Localidade: _____ Município: _____
Coleção de Água: Mar () Estuário () Rio () Qual _____
Represa/ Açude () Qual: _____ Marina/Yatch Club _____
Nº de Embarcações: _____ Nº de Pescadores: _____
Tamanho das embarcações: _____
Espécie de pescado descarregado: _____

Acesso ao ponto

Localização do ponto: ☐ Praia ☐ Vila ☐ Bairro ☐ Distrito
Outro: _____
Classificação do ponto: ☐ Urbana ☐ Periurbana ☐ Rural
Tipo de acesso ao ponto: ☐ Estrada Pavimentada ☐ Estrada de Terra ☐ Barco
Distância da sede (centro) do município (km): _____

Infraestrutura de apoio à atividade pesqueira

Os desembarques ocorrem de forma dispersa ao longo de uma área ou concentrados em um ponto ?
☐ Dispersos ☐ Concentrados

Trapiche / Atracadouro / Pier: ☐ Sim ☐ Não

Fornecimento de água: ☐ Sim ☐ Não

Fornecimento de gelo: ☐ Sim ☐ Não

Fornecimento de energia elétrica: ☐ Sim ☐ Não

Local para guarda de material de pesca: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Local para guarda de embarcação: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Local para comercialização dos pescados: ☐ Sim ☐ Não / Qual? _____

Posto de Combustível – Nº.: _____

Principal atividade econômica: 1º: _____ 2º: _____

Outras Observações: _____